



# Anais da Assembléia

Nº 194

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 DE DEZEMBRO DE 1996

ANO XXII

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY  
Presidente - PTB

LUÍZ CARLOS ZUK  
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN  
2º Vice-Presidente - PP

LUÍZ CARLOS MARTINS  
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA  
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO  
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI  
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB .....	Deputado TOTI COLAÇO
PFL .....	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT .....	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB .....	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS

## Representação Partidária

PDT — 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milzinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB — 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB — 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB — 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB — 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL — 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT — 05; Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

13ª LEGISLATURA

ATA DA 121ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 1996

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Joel Coimbra, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 103/96

Curitiba, 06 de dezembro de 1996. Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, em conformidade com o preceito contido no art. 54, inciso XI, da Constituição Estadual, solicitar desse colendo Poder Legislativo, a exemplo de procedimentos

já adotados através dos Decretos-Legislativos nºs 002/95-ALE e 001/96-ALE, autorização para meus eventuais afastamentos do País, assim como os da Vice-Governadora Senhora Emília de Salles Balinati, que, no interesse da Administração, venham a ser necessários, com destino ao Paraguai, Argentina e Uruguai, países que, juntamente com o Brasil, integram o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.

A ora solicitada autorização poderia abranger os afastamentos que ocorrerem até 31 de dezembro de 1997, fazendo-se, de cada um, prévia e expressa comunicação a essa Casa de Leis.

Certo de que a presente solicitação merecerá o necessário apoio e a conseqüente autorização, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 104/96

Curitiba, 06 de dezembro de 1996. Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar a elevada consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa, anteprojeto de lei que visa aprovar um ajuste orçamentário no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, aprovado pela Lei Estadual nº 11.305, de 28 de dezembro de 1995, visando adequar o programa de obras.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação, são decorrentes de cancelamento de obras do próprio Órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembleia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um ajuste no Programa de Obras no Anexo VI do Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.305, de 28 de dezembro de 1995, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), conforme Anexos I e II desta lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revo-

gadas as disposições em contrário.

I ACRESCIMO		A N E X O I		FL. 01		I
I DAS OBRAS				RS 1,00		I
I	CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I	FT	I
I	6000	I	ISECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES	I	I	I
I		I	IENTIDADES VINCULADAS	I	I	I
I	6085	I	IDEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	I	I	I
I		I	IDER	I	I	I
I	1182	I	IPROGRAMA DE CORREDORES RODOVIARIOS DO	I	I	I
I		I	IPARANA/BID IV	I	I	I
I	0034	I	IREABILITAR , RESTAURAR E MELHORAR	I	T	I
I		I	ISANTO INACIO - DIVISA SAO PAULO	I	I	I
T O T A L				I	T	I
				I	O	I
				500.000		I
						O I

I REDUCAO		A N E X O I I		FL. 01		I
I DAS OBRAS				RS 1,00		I
I	CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I	FT	I
I	6000	I	ISECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES	I	I	I
I		I	IENTIDADES VINCULADAS	I	I	I
I	6085	I	IDEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM	I	I	I
I		I	IDER	I	I	I
I	1182	I	IPROGRAMA DE CORREDORES RODOVIARIOS DO	I	I	I
I		I	IPARANA/BID IV	I	I	I
I	0013	I	IREABILITAR , RESTAURAR E MELHORAR	I	T	I
I		I	IACESSO LERROVILLE- ACESSO ELETROSUL	I	I	I
T O T A L				I	T	I
				I	O	I
				500.000		I
						O I

À Diretoria Legislativa.

#### Ofícios:

##### OFÍCIOS

Sob o nº 654/96, do Senhor Miguel Salomão - Secretário de Estado da Fazenda, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Caíto Quintana, que pede esclarecimentos sobre a "Campanha Cidadão Nota 10".  
Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Ordem dos Advogados do Brasil  
Seção do Estado do Paraná

##### OFÍCIO

Curitiba, 06 de dezembro de 1996.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foi designado o advogado Wagner Rocha D'Angelis, como representante da Comissão de Direitos

Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, para proferir locução no próximo dia 09 de dezembro (segunda-feira), às 14:30 horas, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado.

A manifestação que será proferida pelo digno advogado é alusiva ao Dia Mundial dos Direitos Humanos, comemorado no dia 10 de dezembro.

Com consideração e apreço, subscrevo-me

Atenciosamente,  
(a) MARTA MARÍLIA TONIN

Comissão de Direitos Humanos  
(pelo Sr. Presidente)

#### Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1718  
Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.12.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1721

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por dez sessões, do item 03, 2ª discussão do Projeto de Lei nº 445/96, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante da Ordem do Dia da presente sessão (09/12).

Sala das Sessões, em 09.12.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 1726

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, a consignação da ata da presente sessão, de votos de profundo pesar pelo falecimento de Dirceu Francisco Xavier, sua esposa Márcia Regina Xavier, e seu filho Tiago Xavier, todos desaparecidos tragicamente em acidente automobilístico ocorrido no último dia 05.12, na região Noroeste do Estado.

Requer outrossim, o envio de correspondência à família enlutada, à Rua São Paulo, nº 140, Jardim Renata, Município de Paranavaí, CEP 87700-000.

Sala das Sessões, em 09.12.96.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 1720

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Clube Verde de Ponta Grossa, pela comemoração de seu 99º aniversário.

O Clube Verde, vem ao longo de 99 anos, desempenhando inúmeras funções na Cidade de Ponta Grossa, sendo elas de fundo social, beneficente, esportivo e cultural, bem como a prestação de auxílio às classes menos favorecidas do município.

Requer ainda, que da decisão

desta Casa seja dado ciência ao Clube Verde, em nome de seu Presidente Jovino Comassetto, aos demais membros da Diretoria, sócios e funcionários.

Sala das Sessões, em 09.12.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1723

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subcreve, no uso de suas atribuições (art. 132, § 1º, III, do Regimento Interno), REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata, de votos de congratulações ao Dr. Marcos Isfer, DD. Presidente do DETRAN-PR, e todos os servidores do DETRAN-PR, lotados em CIRETRANS e postos do DETRAN no Estado do Paraná, pelos serviços de qualidade que prestam aos usuários, o que foi medido por pesquisa de opinião amplamente favorável.

Sala das Sessões, em 09.12.96.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

O DETRAN-PR, dentro do espírito do nosso Governo, vem se modernizando e oferecendo serviços seguros aos usuários, além da agilidade pelos equipamentos e, principalmente, pelo compromisso de bem servir, que caracteriza os servidores lotados nas CIRETRANS, postos e sede do DETRAN.

Não podemos deixar de registrar essa avaliação, que estimula a todos que prestam serviços de qualidade e que assim respeitam a si mesmos e aos cidadãos.

REQUERIMENTO Nº 1724

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Sociedade Giuseppe Garibaldi, alusivos à inauguração do restauro do Palácio Garibaldi, no próximo dia 12 de dezembro corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente daquela sociedade, Senhor Wladimir Olympio Trombini, através de correspondência a ser encaminhada à Praça Garibaldi, nº 12, nesta capital.

Sala das Sessões, em 09.12.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1725

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de con-

gratulações ao Município de Cascavel, alusivos às solenidades comemorativas do 44º aniversário de emancipação política, a se realizarem no próximo dia 14 de dezembro corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal, Senhor Fidelcino Tolentino, e ao Presidente da Câmara Municipal, Senhor Severino José Folador, através de correspondência a ser encaminhada à Prefeitura Municipal de Cascavel - PR.

Sala das Sessões, em 09.12.96.

(a) ORLANDO PÉSSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1727

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de regozijo à APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Castro, pela comemoração dos seus 25 anos de fundação, extensivos à sua direção, funcionários, professores, alunos e colaboradores.

Sala das Sessões, em 09.12.96.

(a) PERICLES MELLO

#### JUSTIFICATIVA:

Há 25 anos um grupo de pessoas idealistas fundava em Castro a APAE, para prestar serviços de educação, assistência médica e social e integrar jovens e crianças portadoras de excepcionaisidades e suas famílias, à sociedade.

Este trabalho frutificou, e passado um quarto de século, milhares de colaboradores voluntários, professores, servidores, familiares e alunos passaram por aquela instituição exemplar. Uns levando seu apoio, colaboração e serviço; outros buscando ensinamentos, formação profissional e inserção na sociedade.

Nesses 25 anos de lutas, a APAE se transformou em uma escola de vida e exemplo para todos, enfrentando as dificuldades e colhendo sucessos a cada dia.

#### REQUERIMENTO Nº 1719

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Ministro da Agricultura, que seja revista a questão do aumento do Imposto Territorial Rural - ITR, para que a crise existente no campo não venha a se agravar ainda mais.

A classe agropecuária está preocupada em relação aos critérios que o governo vai adotar para determinar o

grau de utilização das propriedades. Os produtores rurais estão apreensivos para com o novo sistema de taxaçaõ das terras rurais.

O aumento do ITR que ira variar de 160 a 1400%, podera estimular ou ser o culpado pelo agravamento da crise instalada no campo.

Com base nestes e outros fatos, e visando principalmente a defesa dos pequenos produtores, é que solicitamos uma revisão nos critérios de avaliação para a cobrança das novas taxas do imposto.

Requer ainda, que da decisão desta Casa seja dado ciência à Sociedade Rural dos Campos Gerais, em nome de seu Presidente Adilson Berger, a Rodovia BR-376 - km 502, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09.12.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 1728

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições, REQUER, com fulcro nos arts. 135, § 2º do Regimento Interno deste Poder; 54, inciso XXVIII; e 55 da Constituição do Estado do Paraná, o envio de expediente aos Senhores Secretários de Estado da Educação, Ramiro Wahrhaftig, e Especial da FUNDEPAR, Segismundo Morgenstern, solicitando remessa de cópias integrais e autênticas de todas as peças que compõem licitações na área de informática, do período de junho do corrente até o recebimento desta solicitação pelas citadas autoridades, incluindo as que prevêem verbas originárias de bancos estrangeiros.

A solicitação está vinculada ao papel do Legislativo, em fiscalizar os atos da Administração, ao mesmo tempo que ratifica a aplicação da Lei 8.358/86, sobre envio de cópias do processo licitatório a este Poder.

Sala das Sessões, em 09.12.96.

(a) ANGELO VANHONI

Apoiamento: Eduardo Trevisan.

#### REQUERIMENTO Nº 1731

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de repúdio ao projeto que diminui a idade de responsabilidade penal para 16 anos de idade, que tramita no Congresso Nacional.

Outrossim, requer, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara

dos Deputados, ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional e aos Excelentíssimos Senhores líderes dos partidos representados no Congresso Nacional, em Brasília - DF.

Sala das Sessões, em 09.12.96.

(a) IRINEU COLOMBO

**JUSTIFICATIVA:**

A idade mínima de responsabilidade penal é de 18 anos, como está escrito no artigo 228, da Constituição Federal. Os defensores da diminuição da idade penal para 16 anos acreditam que com isso estarão combatendo a marginalidade e a impunidade. Sem dúvida nenhuma, tal medida não vai evitar a criminalidade, pois, independente da idade do infrator, a violência é fruto da desigualdade social, da fome e da miséria.

Com relação à impunidade, o menor que cometer alguma infração penal não permanece solto, como se imagina. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, se apanhado em flagrante, o menor será internado, e se for considerado perigoso, poderá ficar internado por até 3 anos.

Posto isso, peço o apoio dos Senhores Deputados para o voto de repúdio ao projeto que diminui a idade penal para 16 anos.

**Projeto de Lei:**

PROJETO DE LEI Nº 571/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Doutor Francisco Gutierrez Beltrão - Ensino de 1º Grau Regular e Supletivo, com sede e foro na Cidade de Ibiporã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.12.96.

(a) JOSE MARIA FERREIRA

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Doutor Francisco Gutierrez Beltrão, existe em função das necessidades da comunidade escolar, principalmente da parcela mais carente.

Como bem esclarece o relatório de atividades anexo ao presente, as ações desenvolvidas pela APM estão voltadas à soluções dos problemas quotidianos da escola e, além dos recursos arrecadados com promoções junto à comunidade local, há que se ressaltar

que a APM necessita de repasses de valores da parte de órgãos públicos municipais, estaduais e federais e, para poder se habilitar junto aos mesmos, precisa da Lei de Utilidade Pública.

Portanto, por entender como justo e para atender ao que acima expus, conto com a aprovação da presente lei.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, antes de passarmos ao Grande Expediente, é com satisfação que registramos a presença em nosso meio do Senhor Braguini, nosso correligionário, bem como o ilustre Deputado Federal João Iensen, que representou esta Casa aqui conosco, e nos representa agora na Câmara Federal, auxiliando o nosso Estado em todas as posições reclamadas a nível nacional. Esteja em casa, ilustre Deputado, no seio dos seus colegas!

Concedo a palavra, no Grande Expediente - por solicitação do ilustre Deputado Beto Richa - a Comissão de Direitos Humanos.

Solicito ao Senhor 1º Secretário a ler a correspondência.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - Antes de conceder a palavra ao primeiro orador, concedo a palavra ao Deputado Irineu Colombo, que fará a saudação ao ilustre advogado.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós, que temos aqui nesta Casa de Leis várias e várias vezes debatido a questão dos direitos humanos, e estamos às voltas, inclusive da aprovação de uma Comissão Especial de Direitos Humanos, na sua mais abrangente concepção, entendemos sobremaneira e nos sentimos orgulhosos de receber as pessoas da OAB, na figura, pelo menos de minha parte, conhecidíssima e conterrânea Marta Tonin, que ao longo dos tempos no Brasil tem dado demonstração, primeiro, que ama esta Pátria brasileira, na medida em que sempre contestaram os regimes autoritários, contestaram a fuga, a regra legal para fazer valer a prepotência e o arbítrio.

Recebemos com satisfação a esses lutadores, que por vezes não são entendidos ou que muitas vezes são francamente atacados por intenção de fazê-lo.

Então, para nós, é uma satisfação vir falar dos direitos humanos, e hoje ainda estava contando a eles,

acabamos de enviar um projeto nosso de proteção às vítimas da violência ao Estado de Pernambuco, mostrando que esta Assembléia tem produzido alguns debates interessantes, que servem para outras tantas.

Sejam bem vindos, e devolvo a palavra, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Agradecemos ao Deputado Irineu Colombo, e concedemos a palavra ao ilustre orador.

O SR. WAGNER ROCHA D'ANGELIS - Exce-

lentíssimo Deputado hoje presidindo os trabalhos, Luiz Carlos Zuk; demais componentes da Mesa Diretiva dos trabalhos; Senhores Deputados a quem saúdo na pessoa do Deputado Irineu Colombo, que fez uma saudação e agradecemos; demais membros componentes da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados aqui presentes, a quem saúdo na pessoa da Dra. Marta Tonin, Secretária da entidade; quero saudar também a presença da Dra. Ana Maria Macedo, que representa a Secretaria de Estado da Justiça, ela que é Coordenadora da CODIC; senhoras e senhores.

Não trago propriamente uma reflexão para esta Casa, mas agradeço o espaço cedido nesta Casa, para que a Ordem dos Advogados faça ao povo do Paraná uma reflexão necessária, no momento em que temos a passagem do Dia dos Direitos Humanos, comemorados na data de amanhã.

(Lé): "Não há verdadeiro estabelecimento dos Direitos Humanos sem o fim da exploração; não há fim verdadeiro da exploração, sem o estabelecimento dos Direitos Humanos. - Roberto Lyra Filho, sociólogo e jurisconsulto.

Em nome da Comissão de Direitos Humanos da OAB-PR, e neste ato também representando o Presidente da Seccional Paranaense, Dr. Alfredo de Assis Gonçalves Neto, tenho a honra e a satisfação de me dirigir aos insígnies integrantes deste Parlamento Estadual, para homenagear a passagem do 48º aniversário da Declaração dos Direitos Humanos, comemorados neste 10 de dezembro.

Na atualidade, costuma-se distinguir os Direitos Humanos em três níveis: a) os direitos de primeira geração, relativos ao princípio da liberdade, que são os direitos civis e políticos; b) os direitos de segunda geração, inerentes ao princípio da igualdade, que são os direitos econômicos, sociais e culturais; e, c) os direitos de terceira geração, vinculados ao princípio da solidariedade, que

se expressa no direito dos povos ao desenvolvimento com justiça social. Pois bem, esse tratamento sistemático e didático da matéria tem sua origem na Declaração Universal dos Direitos Humanos, solenemente proclamada em Paris, em 10 de dezembro de 1948, que definiu, como um 'padrão comum de realização para todos os povos e nações', os direitos humanos e liberdades fundamentais - noções até então difusas, tratadas apenas de maneira não uniforme, em declarações e legislações nacionais. Vale a pena, pois, uma rápida incursão histórica que nos permita apreender a importância desse texto e detectar os avanços que prosperaram nessa área a partir de sua elaboração, preparada pela Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, e que contou com a participação expressiva de um brasileiro, o jornalista Austregésilo de Athayde.

Com o findar da II Guerra Mundial, a questão dos direitos básicos da pessoa humana foi posta mais uma vez na ordem do dia. A própria Carta das Nações Unidas, assinada em 26 de junho de 1945, criando uma entidade internacional voltada à manutenção da paz e da segurança no mundo, já incluía entre seus objetivos a promoção e proteção dos direitos humanos. Com tais propósitos, ao menos em tese a noção de Direitos Humanos deixou de ser um compromisso de cada país, individualmente, para passar ao "status" de princípio internacional a inspirar as ações dos membros - fundadores e futuros - da organização. Mas como a experiência já havia deixado claro que não pode haver paz sem justiça social, decidiu-se por uma Resolução específica sobre tais direitos, vagamente referidos naquela Carta. Assim é que, na 3ª sessão ordinária da Assembléia Geral da ONU, levada a efeito em Paris, a 10 de dezembro de 1948, foi aprovada a 'Declaração Universal dos Direitos Humanos', seguramente o documento de maior ressonância no presente século nesse particular.

A Declaração, contendo 30 artigos, proclamou os direitos e liberdades fundamentais 'como o ideal comum a ser atingido por todos', e tratou de exaustivamente enumerá-los com a finalidade de permitir-lhes melhor proteção jurídica, partindo do postulado geral de que 'todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos' (...) e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade' (artigo 1). E deveras significativo que a Assembléia Geral, preliminarmente, tenha dado ênfase ao verbo pro-



clamar, pois patenteia assim que não houve concessão ou mero reconhecimento de direitos, e com isso os remete à própria natureza humana, razão pela qual a ninguém (nem mesmo a ONU) cabe legitimidade para retirá-los de qualquer indivíduo.

Nesse ponto, a Declaração Universal avançou a concepção de direitos humanos, quer depreendendo-se também do relacionamento do homem com o meio social, quer enxergando-se muito além das relações entre os indivíduos e o Estado ou da mera preocupação com a conservação de direitos. Uma prova disso é o artigo 22 do texto, que faz ecoar categoricamente o direito de todo ser humano à segurança social e à realização 'dos direitos econômicos', sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade'. Resumidamente, o exame dos artigos da Declaração revela três primaciais características: a certeza dos direitos (com a prévia e cristalina fixação de direitos e deveres), a segurança dos direitos (impondo normas para a sua respeitabilidade) e a possibilidade dos direitos (exigindo os meios para todos terem acesso ao gozo dos direitos).

A Declaração de 1948, ainda, se fez meritória não só por atualizar o rol dos direitos, em face das características da sociedade industrial, mas sobretudo por preceituar como compromisso de todos - Estados e indivíduos, governantes e governados - a tarefa permanente da construção de um mundo onde todos os homens e mulheres possam usufruir de uma vida digna, com pleno atendimento de suas necessidades primárias, materiais e espirituais.

Entretanto, a Declaração Universal dos Direitos Humanos não possui, tecnicamente, qualquer valor de obrigatoriedade para os Estados. Afinal, ela não é um tratado, mas sim um conjunto de recomendações, conquanto na forma qualificada de 'proclamação'. Dessa forma, originariamente o seu valor é meramente moral, indicando diretrizes a serem seguidas nesse assunto pelos Estados. Todavia, o seu conteúdo foi posteriormente configurado como princípio geral de direito ou direito consuetudinário, através da prática dos Estados e dos organismos (universais ou regionais). E, a obrigatoriedade da Declaração Universal foi, enfim, reconhecida pela Ata Final da Conferência Internacional sobre Direitos Humanos, celebrada em Teerã (1968), ao aclarar que 'a Declaração (de 1948) enuncia uma concepção, comum a todos os povos, dos direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da

família humana e a declara obrigatória para a comunidade internacional'. Além disso, seus dispositivos têm sido aplicados reiteradamente pela Assembleia Geral em resoluções que condenam violações de direitos humanos e têm exercido uma grande influência na legislação ordinária e nas constituições dos países, sendo inclusive utilizada por tribunais nacionais.

Por outro lado, cabe registrar que, justamente pela tibieza daquela Declaração no que concerne à sua eficácia, notadamente quanto aos direitos coletivos, é que a ONU se preocupou, após 1948, em ampliar e garantir tais direitos. Em consequência, a Assembleia Geral aprovou, em 16 de dezembro de 1968, o 'Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais' (juntamente com o 'Pacto de Direitos Civis e Políticos'), e que consagrou a segunda geração dos direitos humanos, pertinentes ao princípio da igualdade. Ou seja, da fase de reclamar direitos ou de os proteger frente ao poder do Estado, passou-se a outra, de reivindicar os meios para que os direitos se tornem efetivos. E, via de consequência, entendeu-se um dever do Estado possibilitar amplamente os recursos devidos à satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais. Aqui, é preciso deixar claro, porém, que não se deve entender de forma estanque e desvinculada as várias categorias de direitos humanos. Pelo contrário, nas últimas décadas intensificaram-se as decisões e as recomendações sobre a executabilidade global dos direitos, precipuamente os de primeira e segunda geração (individuais e coletivos). O veredicto irrecorrível nessa questão foi dado pela Conferência de Teerã (1968), quando a ONU, comemorando o 20º aniversário da Declaração Universal, proclamou: 'Sendo indivisíveis os direitos do homem e as liberdades fundamentais, o gozo completo dos direitos civis e políticos é impossível sem o gozo dos direitos econômicos, sociais e culturais. Os progressos duráveis através da aplicação dos direitos do homem supõem uma política nacional e internacional racional e eficaz de desenvolvimento econômico e social'.

Essas questões, da indivisibilidade dos direitos e do papel do Estado como agente promotor das garantias e direitos chamados sociais, bem como da universalidade dos direitos humanos e da necessária participação dos indivíduos na sua consolidação, foram reafirmadas e aprofundadas quando da recente II Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, concluída em Viena, em



25 de junho de 1993. Sua realização significou, dentre outras coisas que, na proximidade do século XXI, e apesar da inegável violação perpetrada ao nível pessoal e estatal contra tais direitos, o mundo adentrou definitivamente na era dos direitos humanos, hoje cada vez menos matéria de jurisdição doméstica dos Estados e cada vez mais presentes em todos os domínios da atividade humana. Isso é notório diante de um notável e generalizado reconhecimento dos objetivos do direito público interno e do direito internacional no tocante à proteção dos direitos humanos.

Ressaltando que a Declaração Universal dos Direitos Humanos é a base do progresso alcançado quanto ao estabelecimento das normas contidas nos instrumentos internacionais de direitos humanos existentes, a Declaração e Programa de Ação de Viena enfatiza uma opção preferencial pelos socialmente excluídos e pelos segmentos populacionais miseráveis, ao mesmo tempo que ressalta a importância do diálogo e da cooperação entre governos e organizações não-governamentais nesse particular.

A Declaração de Viena, indubitavelmente, fortalece o sistema internacional de proteção dos direitos humanos, tornando-se a Declaração Universal como ponto de partida. E tal sistema tendera, por sua vez, a exigir, ainda mais incisivamente, ações do governo e da sociedade a respeito da situação dos direitos humanos em nosso país, inclusive a propósito dos direitos econômicos e sociais. Nessas circunstâncias, ganha ainda maior premência a necessidade de atribuição de prioridade absoluta, pelo governo e pela sociedade, ao combate às desigualdades sócio-econômicas vigentes, bem como às políticas e aos esforços para a erradicação da fome e da miséria no Brasil. Se é certo que os direitos ligados ao princípio da liberdade constituem, felizmente, uma reconquista inigualável do Brasil de nossos dias, é também cristalino que só a liberdade não é suficiente para assegurar ao país a plenitude do Estado Democrático de Direito.

Trabalhar para a eficácia de todos os direitos humanos é a tarefa que se nos impõem o momento e a realidade nacional. Nessa perspectiva, a Ordem dos Advogados do Brasil, e em particular a Seccional do Paraná, tem procurado emprestar sua permanente e decidida contribuição. E a sua Comissão de Direitos Humanos, sendo signataria da Carta de Brasília, conclusiva do II

Encontro Nacional de Direitos Humanos, firmada em 16 de junho de 1996, renova publicamente o seu compromisso com a democracia, com o aperfeiçoamento da ordem jurídica e com a construção de um país que assegure a cada pessoa o alcance dos direitos humanos em sua plenitude".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury). - Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Caio Quintana.

O SR. CAIO QUINTANA - Gostaria, apenas, de registrar nossa admiração pelo trabalho que há longos e longos anos desenvolve, desinteressadamente, o Dr. Wagner. Trabalho que o faz como parte integrante desta luta de direitos humanos no nosso Estado do Paraná.

Acho importante para esta Casa que tenha no dia de hoje, a figura do Dr. Wagner fazendo uma explanação, na certeza de que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e o povo do Paraná tem como necessidade integrar-se cada vez mais, para que os direitos humanos sejam reconhecidos.

Parabéns, Dr. Wagner. Meu respeito e admiração.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queremos também registrar uma posição a respeito da questão dos direitos humanos.

Conhecemos o Dr. D'Angelis também já há bastante tempo, sabemos da sua luta, como sabemos da luta da Seção OAB, de direitos humanos da OAB.

Queremos chamar a atenção, Dr. D'Angelis, até uma coisa que tem ocorrido no nosso País e no nosso Estado, e que acho que merece maior atenção da sociedade.

Sabemos que a questão dos direitos humanos ganhou grande ênfase no mundo após a 2ª Guerra Mundial, com a ascensão do nazismo e depois a descoberta de tudo o que ocorreu nos campos de concentração nazista. Começou a partir daí a ONU, a se preocupar mais, não só a criação da ONU, mas a preocupação em relação aos direitos humanos, como a Carta de Direitos Humanos, e ao longo desse período, desde a 2ª Guerra Mundial até agora, várias declarações internacionais, seja declarações de intenções ou acordos ou até convenções, tem sido feita na defesa dos direitos humanos. Somente nesta década, no início dela, começou a ter uma preocupação com os direitos das vítimas de sofrimento mental.

Sabemos que hoje em nosso País, não há ainda um avanço sério e concreto no que diz respeito ao direito das vítimas de sofrimento mental. Geralmente são tirados do convívio social, colocados em hospitais, que muitos deles não dá para serem chamados de outra coisa, a não ser de manicômios mesmo, e lá deixados por 10, 20, 25 anos. Basta fazer visita a esses hospitais.

Então, estamos chamando a atenção, que achamos que essa luta pelos direitos humanos, deve também procurar mais e mais atender esse segmento da sociedade.

O Ministério da Saúde, nos últimos anos tem avançado com legislações específicas, mais especificamente com portarias, internas ou resoluções internas, que favorecem a dignidade da pessoa humana, e que vem a favor da cidadania.

Mas, ao contrário do que se esperava, que era a diminuição do internamento de vítimas de sofrimento mental, tem se aumentado, aqui no Paraná é o exemplo, aumentou mais de 100% nos últimos 4, 5 anos. Em busca do lucro, em busca de maior sede pelo capital, neste setor, donos de hospitais têm cada vez internado mais e mais, e afastado essas pessoas de todos os seus direitos, não só os direitos coletivos, mas também os individuais.

Então, chamamos a atenção nesta data para mais este fato, e se a sociedade como um todo tem dificuldade na busca do seu direito, alguns segmentos nessa sociedade têm maior obstáculo, e um desses segmentos são os doente mentais. Se sabe que as mulheres são outro segmento, os homossexuais, os índios e entre esses têm os doentes mentais, e se não encontrarmos, nos que somos chamados de "normais", para fazer essa defesa, eles terão pouca vez e pouca voz na sociedade.

O SR. WAGNER D'ANGELIS - Registro o seu alerta, e com certeza a Ordem dos Advogados o tomará como preocupação permanente de suas atividades.

O SR. JOSE TAVARES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nobres colegas, meu caro Dr. Wagner.

Quero também em meu nome, e também em nome desta Casa, cumprimentar Vossa Excelência, e a nossa querida Ordem dos Advogados, Seção do Paraná, por terem a feliz ideia e a feliz lembrança de aqui comparecer. Isso para nós é motivo de orgulho, para fazer o registro de mais um aniversário da Declaração dos Direitos da Pessoa Humana.

na.

E a OAB que vive nos dias de hoje, inclusive, momentos, a meu juízo, extremamente injustos em relação a toda a sua história, mais uma vez presente numa hora da maior importância. Acho que registros como este, homenagens como esta, destacar acontecimentos como estes que Vossa Excelência vem, em nome da história mundial, história universal e história brasileira, e da maior importância, não para nós que estamos aqui de passagem, que de alguma maneira, cada um já deu a sua contribuição a mais ou a menos, para que esses 48 anos pudessem aqui, hoje, ser consagrados.

Mas, exatamente para a geração que está vindo, para as gerações futuras, nós que estamos vivendo momentos de Estado de Direito Democrático, de Regime Democrático, nós que já sentimos os dissabores de um regime autoritário, de uma ditadura militar, nós que sonhamos os mesmos sonhos há anos atrás, e há não muitos anos atrás, temos, Dr. Wagner, e que comemorar. A OAB está de parabéns, Vossa Excelência que tem sido um guardião de postulado, de princípios, de teses como estas que Vossa Excelência elenca com muita propriedade no campo dos Direitos Humanos, Vossa Excelência está de parabéns.

Quando fui Secretário da Justiça - quero deixar aqui um testemunho - tive a felicidade e a grande honra de ter Vossa Excelência como um parceiro anônimo, como um parceiro independente, como um parceiro desinteressado, apenas preocupado, como sempre, na defesa desses princípios que Vossa Excelência, com muita propriedade, em nome da nossa querida OAB elenca aqui nesta tarde.

Realizamos em Curitiba, com a sua ajuda, o I Congresso Sul-americano dos Direitos Humanos, quando Secretário da Justiça, e na oportunidade, pudemos trocar grandes experiências com autoridades, com professores, com lideranças de toda a América Latina, a respeito da questão tão importante, tão fundamental para a consolidação do processo democrático de uma sociedade, que é a questão dos direitos humanos.

Portanto, parabenizo Vossa Excelência, parabenizo a OAB, por terem tido a feliz lembrança de vir aqui à Casa do povo, a Assembléia Legislativa, que tem marcado posições históricas, e nesse sentido, quero cumprimentar o Deputado Anibal Khury, que desde que assumiu a frente do Poder Legislativo do Paraná, tem colocado a tribuna desta Casa a serviço da defesa do nos-

so regime democrático.

Portanto, quero que Vossa Excelência leve a nossa querida OAB os meus mais sinceros e respeitosos cumprimentos e os meus parabéns, por ter Vossa Excelência trazido aqui nesta tarde um importante assunto como este.

O SR. Wagner D'ANGELIS - Muito obrigado!

Fico comovido com as suas palavras, nobre Deputado, assim como fiquei também com as palavras do Deputado Caio Quintana.

E quero dizer, que na realidade, a OAB se sente plenamente agradecida pela oportunidade que o Plenário da Casa dá, através de sua Presidência e dos Senhores Deputados, para marcarmos um projeto histórico e importante da questão dos direitos humanos, que na realidade não é um pronunciamento aos Deputados, mas através dos Deputados, ao povo do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa agradece a presença do Dr. Wagner Rocha D'Angelis, cuja palestra veio engrandecer este Poder Legislativo.

Encerrado o Horário do Expediente, passaremos ao Horário das Lideranças.

PTB. PMDB. (Declinam)

Com a palavra o PT, Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Início a minha fala, contando uma pequena história, presenciada por um Juiz da Vara da Infância e da Juventude, no Estado do Rio de Janeiro.

Esse juiz parou o seu carro num cruzamento e aproximou-se dele um menino, que puxou uma faca e foi gritando: "passa a carteira, passa a carteira!" O juiz entregou a carteira, o menino tirou o dinheiro, jogou no banco a carteira, e sumiu entre os carros. Este Juiz da Vara da Infância e da Juventude deu um depoimento numa revista de circulação nacional, a Revista "Isto É", dizendo uma frase que deixou o Rio de Janeiro perplexo. Disse: "ainda bem que este menino age desta forma. Ainda bem que ele é violento". Ai ninguém compreendeu esta fala do juiz que foi assaltado e disse "ainda bem". Dai ele explica: porque o instinto de sobrevivência dele estava ali. Se ele não vai por este caminho, ele morre de fome, porque não tem de onde tirar, ele é um analfabeto, ele é perseguido pela sociedade, é perseguido pela polícia, ele não tem aonde mo-

rar, não tem pai, não tem mãe, como foi constatado. Então, para sobreviver, ainda bem que ele faz isto, porque outros morreriam de fome.

É bem verdade que não vamos ficar repetindo: "ainda bem que é violento", e torcer para que isso não ocorra. Na verdade, esta frase causa impacto para a nossa reflexão, de que as nossas crianças, as crianças do Brasil, são consideradas pela nova legislação, titulares de direitos, o Poder Público tem a obrigação de lhes dar garantias para que se eduquem, para que desenvolvam um bom caráter, para que consigam ter uma profissão, para inseri-lo no mundo do trabalho, e temos, na verdade, uma faceta de desemprego, de recessão, de problemas sociais que trazem muitos problemas para as nossas crianças. É uma das discussões é de que as crianças são titulares de direito, o Poder Público tem que agir, tem que dar condições para que a criança saia da marginalidade, porque uma criança que está em nível de desenvolvimento psicológico, biológico, desenvolvimento do seu caráter, ela tem condições de ser tratada adequadamente, e repercute atualmente no Brasil a emenda constitucional que quer baixar a idade de responsabilidade penal de 18 para 16 anos, e é aqui que quero discutir com os Senhores Deputados, e este debate é muito interessante, porque existe uma lógica simplória de apenas raciocinar, de que se você baixando a idade penal, elimina o problema com estes jovens infratores.

Leio um texto de um juiz, que fala sobre o assunto:

(Lé): "O combate ao crescimento da criminalidade estaria de bom tamanho se a solução fosse assim tão simples. Na verdade, nós que lidamos diariamente com crimes e criminosos, infrações e infratores, entendemos que se a maioria dos países considera hoje a idade de 18 anos como mínima para a imputabilidade penal, com maior razão o Brasil deverá mantê-la, em razão da nossa realidade sócio-econômica e cultural tirana, especialmente para as crianças e adolescentes.

Como disse o professor pernambucano Nelson Chaves, em estudo sobre a desnutrição e a crise da educação:

'Estamos construindo uma legião de mutilados cerebrais, para serem dirigidos por uma minoria de privilegiados mentais'.

Inimputabilidade não deve ser confundida com impunidade.

Ou seja, o fato de um menor de 18 anos cometer um crime não significa

que não possa ser preso, ou não deva ser punido.

Aliás, não só a polícia, como qualquer pessoa do povo pode e deve deter aquele que estiver praticando algum crime ou contravenção, encaminhando-o à autoridade policial ou ao juiz, mesmo que o infrator tenha menos de 18 anos de idade.

A diferença consiste em que o maior de 18 anos será julgado de acordo com as regras do Código Penal, enquanto que o menor de idade será julgado de acordo com o Código Penal, em combinação com o Estatuto da Criança e do Adolescente, dá instrumentos, diferentemente, do Código de Menor. O Código de Menor dava o arbítrio ao juiz de pegar a criança que fez um ato infracional e decidir o que fazer. Agora não. O Estatuto protege a criança, estabelece regras e joga para a sociedade, através dos Conselhos de Direito e dos Conselhos Tutelares, estabelecer as condições necessárias, para o reingresso dessa criança, em bom estado, na sociedade.

O Sr. Dr. Rosinha - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

No início de sua exposição, contou um fato que trouxe na minha memória um outro.

Anos atrás li uma declaração de um menino, num jornal de circulação nacional, um menino que estava preso no Rio de Janeiro, e que depois acabou sendo assassinado dentro da prisão. Esse menino estava preso, tinha menos de 18 anos, sob a acusação de ter matado o filho do escritor Odilo Costa Filho.

Ai, o jornalista pergunta a ele, por que ele fez aquele ato de ter matado uma pessoa? Ele responde da seguinte maneira: "eu era uma criança pobre, sou pobre, e todo dia, no final do dia eu descia o morro aonde eu morava e ia recolher comida no lixo de uma casa no pé do morro. Um dia, o dono da casa comprou um cachorro e colocou para vigiar aquele lixo. Eu não tinha mais como me alimentar. A barreira entre eu e a comida era aquele animal. Matei-o. Um dia eu estava na rua querendo comer e fui fazer um assalto. Pedi um dinheiro. Não quiseram me dar. A barreira entre eu e o dinheiro para comprar comida era aquela pessoa. Eu tinha que derrotar essa barreira. Matei-o".

É a maneira como o próprio juiz da história que Vossa Excelência conta, relata. Ele agiu através da violência para não se submeter à fome,

para não se submeter à humilhação do dia-a-dia aos quais estas crianças são submetidas.

O Estado brasileiro, ou diversos cidadãos brasileiros que desejam a diminuição da idade, do fator idade para colocá-lo como criminoso, deveria fazer com que estas pessoas e este Estado refletisse de uma maneira diferente. Se ele desse as condições de educação a todas estas crianças com um mínimo, como estabelece a Constituição do segundo grau, dando condição ativa e não passiva daquela participação na escola, de ter que ir passivamente, e na hora de comprar o material ou pagar o ônibus, não tem dinheiro. O ativo que digo, é com a bolsa-escola, na qual você passa a fomentar e fazer com que essas crianças tenham o direito ao estudo, diminua a criminalidade, sem dúvida.

Mas, o caminho mais fácil, na visão dessas pessoas, é a eliminação do ser humano, seja através de colocá-lo na cadeia, ou seja através da eliminação da pena de morte, como é pregado por muitos, como se a pena de morte ou a redução da idade para a criminalização, diminuiria o crime no nosso país. Pelo contrário, aumentaria o desrespeito ao direito humano e aumentaria os assassinatos e a morte, a violência causada na sociedade.

Acho oportuna esta exposição feita desta tribuna, principalmente tendo em vista que amanhã, Dia Mundial dos Direitos Humanos, e que já foi momento de debate nesta Casa, momentos antes.

O SR. IRINEU COLOMBO - Muito obrigado, Deputado.

Quero continuar, dizendo que existem mecanismos para o controle. Evidentemente, não podemos concordar que a sociedade seja prejudicada pelo menor infrator. Mas existem mecanismos, como por exemplo o estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente, que é o da detenção do menor e conduzi-lo a um lugar para sua recuperação.

O que acontece, e que na maioria das vezes não tem lugar adequado para colocar essas crianças e aí lembramos sempre da exposição do Deputado Alborghetti, que lida com esta questão, quando fala inclusive da questão dos adultos serem recuperados, porque não basta você eliminar da sociedade, momentaneamente, daqui uns dias ele está de volta. A criança é a mesma coisa.

No Rio Grande do Sul tem uma experiência interessante. Estão reunindo cinco ou seis municípios, colocando lá

uma casa de internação de menores, conforme prevê o Estatuto da Criança. Porque, Alborghetti, o que está acontecendo é o seguinte, com os policiais: prendem o menor infrator, os policiais, a maioria deles não conhece a legislação, fala em menor: "então solta". Esta errado, tem que levar ao juiz, pode permanecer detido, sim, tratado com todo respeito, e aí o juiz, com o Conselho Tutelar, encaminha essa criança ao local adequado para a sua recuperação.

Aliás, determinada a infração, o menor fica mais tempo preso do que o adulto. Vou explicar o porquê. O adulto, quando é preso, aciona advogado, tem relaxamento da pena, diminui 1/3, bom antecedente, etc. A criança não, conforme a gravidade da ação, o juiz em consonância com o Ministério Público, detém a criança até por três anos em lugar de recuperação.

Então, baixar a idade penal é um artifício que está contra qualquer realidade, porque os meios não estão sendo colocados, os meios previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. E mesmo porque, as crianças hoje infratoras menores de 18 anos, são apenas 10% das infrações. Destes 80% são contra o patrimônio, a propriedade, contra o patrimônio. Crime mais complicado é uma minoria, é menos de 0,1% dos crimes cometidos por menores.

Então, por esses dados estatísticos, não se justifica também essa medida mais severa.

**O Sr. Luiz Carlos Alborghetti** - Vossa Excelência me concede um aparte?  
(Assentimento)

Deputado, aplaudo Vossa Excelência nesta tarde, é uma tônica que venho levantando há mais de vinte anos, desde a minha eleição como Vereador, e ouço atentamente, gostaria que os companheiros ouvissem atentamente o pronunciamento de Vossa Excelência nesta tarde, em relação ao menor.

Recentemente fui procurado por uma senhora com o filho em coma alcoólico num hospital da capital. Essa senhora disse que o filho foi ao Shopping Mueller, foi à Pizza Hut e pediu um pedaço de pizza e um copo de chope. A criança tem 12 anos, e tomou uns dois, três copos de chope. Entrou em coma, e o caso corre na justiça. Essa criança foi levada a um hospital, é lamentavelmente, Deputado Irineu, a família não teve uma assessoria adequada.

Por isso é que defendo muito o Poder Judiciário, por isso defendo muito o Ministério Público. Temos que

dar força ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, porque, nos Estados Unidos, quando acontece um caso desse, imediatamente o Promotor é acionado para ir à Delegacia de Polícia, acompanhar o caso. Imediatamente, Deputado Irineu, o proprietário do estabelecimento é convocado a comparecer perante o juiz, rapidamente.

Vejo muitos documentários, aprendo muito, estou aqui para aprender. Sou um vídeo-maniaco, procuro aprender como funciona essa estrutura, e concordo com Vossa Excelência também, por exemplo, neste caso que está sub judice, estou acompanhando o caso, deveria se ter nas delegacias de polícia, Deputado, no meu primeiro mandato, o meu projeto foi aprovado, e disseram que eu era louco. "Ah, Alborghetti, você tem umas idéias loucas!" Aí, consultei o Deputado Caio Quintana, e o Deputado me orientou: "Não, Alborghetti, você não tem idéias loucas. A sua idéia realmente é de aplausos". Quis colocar na Constituição, e lamentavelmente, o Deputado Caio, aquela época era "bicho de pé", e era duro para a gente brigar com ele, aqui, para emendar Constituição.

Sofri muito naquela época, principalmente na área do social, na área da segurança, mas o Deputado pediu que eu fizesse o projeto.

Não gosto muito de projeto autorizatório. Autoriza a fazer, e faz se quer. Não é? Fiz um projeto e ele foi vetado. Até que um dia falei que conseguiria.

Acho que cada delegacia, Deputado Irineu, deveria ter uma psicóloga, uma assistente social, e um advogado. O menor é preso, e imediatamente, já passa, não na mão da polícia, da truculência, do "pe de ouvido", já passa direto para a assistente social. A assistente social tem uma viatura e vai procurar a família, e enquanto isso ele vai ser atendido pela psicóloga, e temos um advogado, e um promotor público.

Agora, quando Vossa Excelência vem com essas idéias aí, na tribuna, vão dizer: "O Deputado Colombo está pensando que o Brasil é país de primeiro mundo. Aqui, estamos no terceiro mundo".

Quando fiz este projeto: "Ah, o Alborghetti, quer gastar muito dinheiro". Quantas psicólogas estão desempregadas, Deputado Irineu? Quantas Assistentes Sociais estão desempregadas? Quantos meninos estão se formando nas bancas de Advocacia? Temos a melhor Ordem de Advogados do Brasil. O melhor Poder Judiciário, o melhor Ministério

Público.

Então, aplaudo Vossa Excelência. Tudo o que Vossa Excelência coloca hoje, nesta Carta, é de fundamental importância.

Tenho acompanhado em todo o Estado do Paraná, o índice de violência do menor, e não é o da favela, Deputado. O bandido não vem da favela. Tem meninos aí de classe média que assaltam para roubar um boné.

Tivemos recentemente, aqui, eu e o Deputado Ricardo Chab, nos que temos os maiores programas da crônica policial do Paraná, eu e o meu companheiro Chab, e invoco o testemunho dele, recentemente um rapaz foi assassinado por causa de um bone. E um filho de um médico do Hospital Cajuru, Dr. Mario Cume, que é um amigo particular, ele vinha saindo na Avenida Tiradentes, na Capital, inauguraram o Colégio Positivo, Deputado Irineu. Então, não existia violência ali. Quando fizeram aquele prédio monstruoso do Colégio Positivo, que ficou a coisa mais linda do mundo, aí os bandidos pensaram: "vamos ficar aqui, porque aqui tem gente rica". Aí, Deputado Colombo, começou o índice de violência.

O menino saiu do Positivo e, ao ir para a sua residência, o marginal meteu o revólver e disse: "o tênis". Ele tirou o tênis. "A calça". Ele tirou a calça. "A camiseta". Ele tirou a camiseta. "O boné". Ele tirou o boné. Aí o menino falou: "por favor, não me machuque!". "Cala a boca!", e deu um tiro no pé do menino. Que estupidez! Que estupidez! Aí, ele foi preso, Deputado Colombo. Sabe que idade ele tem? Dezesseis anos de idade.

Fui conhecer a sua família. Não é de classe média-alta, mas é uma classe média, que a família toda trabalha. Agora, sabe quem fez isso? A maconha, as drogas. É lamentável.

Meus parabéns. Gostaria de ficar debatendo com Vossa Excelência, aqui, o dia inteiro, essa temática. Oxalá, Vossa Excelência traga a este Parlamento um debate. Não lá embaixo, naquela salinha pequeninha. Aqui, no Plenário, para debatermos, para as pessoas acordarem, porque temos que caminhar para o primeiro mundo.

O Brasil é um país maravilhoso. Não podemos ficar eternamente no terceiro mundo.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. IRINEU COLOMBO - Obrigado pelas palavras de apoio!

Senhor Presidente, estou indo para o encerramento.

Queria registrar aqui que estou lendo algumas partes dos artigos para

dar autoria. O Juiz de Direito Neoval de Quadros, que não conheço, mas li, e também o texto do Pediatra e Presidente da Fundação para a Infância e Adolescência do Rio de Janeiro, Lauro Monteiro Filho, que diz o seguinte: (Lê): "Revolta-nos um adolescente de 12, 15 ou 17 anos, roubar, assassinar, ou estuprar. O ato praticado é gravíssimo e passivo de penalidade".

O adolescente é conhecedor do ato praticado? Óbvio que sim, na maioria das vezes. No entanto, justamente por ser adolescente, indivíduo ainda em desenvolvimento biológico, psicológico e social, e em tese passível de recuperação, a ele a lei concede a possibilidade de ser preso e punido com as medidas sócio-educativas. E não é o que todos desejariam também para os criminosos adultos? Mas não é o que vem ocorrendo.

Então, falta, na verdade, maior estrutura para tratarmos melhor as nossas crianças, os nossos adolescentes.

Para encerrar, Senhor Presidente, quero dizer para os Senhores, o Deputado Kir(?), do Rio Grande do Sul, que apresentou a Emenda Constitucional, apresentou essa emenda baixando a idade de responsabilidade penal para 16 anos. Quis o destino que tragicamente esse Deputado, que hoje trabalha na Secretaria do Governo Brito, do Rio Grande do Sul, que ele viesse conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente, na seguinte tragicidade: o filho dele saiu com o carro, esbarrou no trânsito, bronquearam, e o filho dele assassinou o outro no trânsito. Aí, ele viu que o seu filho - se a sua emenda constitucional estivesse valendo -, seria preso, colocado no meio de bandidos atroz - quem sabe uma escolinha para aperfeiçoar - e aí ele conheceu o Estatuto da Criança e do Adolescente, e falou: "se for isso, meu filho podera ser recuperado". E recuperado, sobretudo, com uma coisa fantástica: as crianças, - sou professor, dei aula para crianças desde os seis anos de idade, até 20 anos - você dá uma coisa, você domina, é dando o afeto e carinho, ninguém consegue suportar um carinho e um afeto, ninguém é contra isso, e as crianças você tem na palma da mão com afeto e carinho.

Se tivéssemos estrutura na nossa sociedade, se o Poder Público tivesse estrutura para dar, sobretudo isso, com pessoas especializadas, não seremos nós, obviamente, com educadores, com psicólogos, teríamos essas crianças na palma da mão, para tentar recuperar a grande maioria.



O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Posso ceder o horário do PTE, para continuarmos este debate, ilustre Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Todos os horários foram esgotados, mas como o ilustre Parlamentar está tratando de um assunto sério, e a pedido de Vossa Excelência, vamos prorrogar o debate, contra a vontade aqui do Deputado Neivo Beraldin.

O SR. IRINEU COLOMBO - Então, veja, tem um juiz que esteve há poucos dias em um encontro aqui, e ele disse o seguinte: que o que está acontecendo, é que estão misturando muitas discussões, por exemplo, votar aos 16 anos, com criminalidade, não tem nada a ver, como dirigir aos 16 anos também não tem nada a ver, e um direito, um dever, é o exercício da democracia, e só 1% do pessoal está votando, por incrível que pareça, nessa idade de 16 anos.

O que vai acontecer vai ser o seguinte: se baixarmos a idade penal, a molecada não irá ser passível de recuperação, você vai estar entregando a chave do carro para o filho da burguesia, porque é uma minoria que tem carro, e a cadeia para a maioria dos filhos dos pobres.

Por outro lado, a tese que anda por aí, a fofoca que diz que criança não pode ser presa, também faz com que a polícia se elimine de problemas, porque a criança tem que ser tratada com mais cuidado, mas a polícia às vezes ainda prefere soltar, dizendo: "tem a lei aí, e tal". Mas não é verdade, é desconhecimento de lei.

Então, estamos num processo de conscientizar a população, as autoridades, que existem regras claras para isso, regras que prevêem recuperação socio-educativa, que queremos inclusive para os adultos, quanto mais para a criança, e é aquilo que eu dizia, criança na palma da mão, com muito afeto, com muito carinho, se tivermos o Poder Público interessado na resolução desse caso.

Aliás, existe lei suficiente para encarreamos recursos. Estarei tratando isso brevemente. Estou recebendo um kit da Receita Federal em que prevê inclusive que nós Deputados podemos tirar 1%, descontamos todo mês do contracheque, todo mês está descontado, lá. Podemos tirar 1% e destinar, automaticamente, através aqui da Assembleia, para o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente. Os empresários são convocados para isso, o Ode

Gragew da ABRINQ (?) está fazendo uma Campanha Nacional, e esses fundos são fundos que a própria sociedade o compõem, não têm políticos, vamos tirar um pouquinho da política, vamos deixar a sociedade resolver esse problema.

Então, podemos até prever recursos, mais recursos, que vão para o leão. Quer dizer, não é muito bem usado, mas se vai para um Fundo adequado, os Conselhos Municipais poderão usar e o Poder Público cada vez mais responsável, poderá suprir o que falta, para a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, e quem sabe, teremos uma luz aí, para não simplesmente baixar a idade penal, aliás, justificaram para mim porque é que querem baixar para 16 anos.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - O Deputado Ângelo Vanhoni fez uma proposta na sua campanha política, não sei se chamou a atenção do Deputado Caio, de dar um salário mínimo para a família que induzisse a criança a ir à escola. Achei isso fantástico, e a Prefeitura tem condições de colocar isso em prática hoje, é só ter vontade política de querer fazer.

Então, gostaria que o Governo acordasse para isso também, que o Prefeito Cassio Taniguchi, o Prefeito Belinati, outros prefeitos, aproveitassem alguma coisa daquilo que o Ângelo Vanhoni apresentou nessa proposta da criança. Porque se a criança não tem escola, Caio, ela não tem condições, ela não tem cultura. Ele me deu uma convicção tão grande no seu programa eleitoral, reunido com os professores, achei fantástica a tomada jornalística, o marketing, que realmente era um debate.

Então, o Vanhoni queria dar um salário para a família que levasse o filho à escola, e eu acrescentaria nesse projeto, Deputado Colombo, o projeto do Governador Leonel Brizola, pode muita gente ser contra mim, mas as escolas integrais, as escolas que funcionam das 6 às 6 da tarde. Também foi ideia sua as escolas integrais, como foi do Governador Leonel Brizola. O Prefeito Wilson Moreira fez uma escola só em Londrina, que a criança entrava às 6, tinha o café da manhã, tinha o almoço, tinha o café da tarde, tinha a janta, mas tinha dentista, psicólogo, assistente social, tinha uniforme, cesta básica, tênis, tinha orientação.

Agora, só para finalizar, aprendi muita coisa na minha vida, com 51 anos de idade. Se você, pelo menos toda manhã, não passar no quarto do



seu filho e disser assim para ele: "eu te amo, eu preciso de você para viver", você tem que falar isso para o seu filho, porque essa fase da adolescência, de ir ao Chocolate Chic, Aeromanta, os Senhores não sabem como é que esta a cocaina no Parana, vocês não sabem como está a maconha, não falando dessas boates, não estou dizendo que tenha aí, mas está solta, gente. Então você tem que dizer, filho: "pai, eu vou para a Ilha do Mel". Ai você entra em pânico, meu Deus, Ilha do Mel! "Não, pai, mas é separado. Os macosheiros ficam do lado de lá, e quem não fuma, fica do lado de cá". Mas já entro em pânico. Esse final de semana entrei em pânico. Eu disse: "não, você vai para Londrina comigo". "Mas pai, campeonato". Ai meu Deus do céu, o que é que eu faço! Ele falou: "pai, confia em mim!". Eu disse "eu te amo, eu preciso de você para viver", agora, é importante que o filho também seja educado na escola para dizer: "ô pai, preciso falar com você, pai. Pai, preciso falar com você, pombas!" Ai o pai diz: "o que é que é". "Pai, eu te amo, viu!". E a madame tem que entender que não é só ir ao Shopping, ir ao instituto de beleza, ir ao chá. A mãe também tem que dizer para a filha: "filha, vai transar hoje, usa camisinha. A AIDS está aí, bebida alcoólica também mata, tudo mata". Então a mãe também tem que dizer: "filha, quero falar com você: eu te amo, eu preciso de você para viver".

Então, concordo com Vossa Excelência. A sociedade tem que fazer parte.

Muito obrigado.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Só para corroborar com o pronunciamento do Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Realmente muitas coisas precisam ser feitas por uma politica para a criança no nosso país. Não é apenas uma medida que vai solucionar o problema do menor abandonado. O dia que o país parar e tomar uma politica séria em Governo Federal e em Governo do Estado e os Municípios, para enfrentarem o problema do desamparo das crianças nesse país. Desamparo de tudo, desamparo de alimentação, de cultura, de lazer, de assistência médica, aí sim, começaremos a ter uma perspectiva de futuro para os nossos jovens.

Essa proposta era uma das propostas que viamos para enfrentar o problema da miséria, vinculando com a presença da educação. Se o município rastrear, o que é fácil de fazer, das famílias mais carentes, aquelas que

chegam a ganhar um salário mínimo de renda familiar, e tem muita gente na periferia da nossa cidade, que, com essa renda a família já está desestruturada. O pai já chega à casa completamente destruído. O filho para ele é um peso. Se o filho estiver fora de casa, é melhor ainda. Então, ele recebe um estímulo por causa da miséria, do drama da sua vida, para que seus filhos saiam de casa. Não tem condições de fazer controle familiar. Para ele a vida é um tormento.

Então, se o Estado tiver uma politica compensatória, e ao mesmo tempo impedir que essas crianças no futuro ganhem a rua para trabalhar, o primeiro momento é para vender paçoca. O segundo momento é para usar droga, e o terceiro momento é para fazer um ato de delinquência.

Agora, se tiver uma politica para se evitar que isso aconteça no futuro, isso é muito importante. Essa é uma proposta que está sendo colocada em prática, em diversos municípios brasileiros, e tem dado resultados belíssimos. Até já foram recomendados pela ONU, que tem visto essa politica da renda mínima aplicada à escola, com bastante sucesso.

Muito obrigado.

O Sr. Caio Quintana - Gostaria de colocar um dado sobre uma alusão feita pelo Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que julgo de suma importância.

Nunca podemos perder a visão, Deputado Irineu Colombo, que lamentavelmente no Brasil, gasta-se ou dota-se recursos para gastar na recuperação, e não se tem recursos para aplicar na prevenção. Por que não investimos em formação do nosso jovem? Por que não investimos em escolas integrais e diminuimos o orçamento que, forçosamente será usado na frente, ou em prisões, ou em hospitais psiquiátricos para a recuperação. Por que não aplicar aqui embaixo?

Vossa excelência coloca bem, uma responsabilidade da sociedade, gostaria que voltássemos a este debate, principalmente, por uma visão que se tem os administradores dos municípios, e Curitiba é uma prova disso. Trazem para si o reconhecimento, de que existem menores de rua, que existem pontos de fumo, fosse uma falha exclusiva da administração. Não é.

Mas não se pode encobrir, porque quando se diz que Curitiba tem dez, quinze menores de rua, e que a assistência social sabe o nome, o CPF e o endereço, está se cometendo uma grande mentira, porque na frente da Prefeitura

ra de Curitiba é ponto de menor de rua. Nos becos de Curitiba o que nunca vi. Sou de origem do interior, como Vossa Excelência, crianças cheirando cola de dia, em frente aos estabelecimentos comerciais. É claro que no futuro teremos que gastar dinheiro para a recuperação.

Obrigado pelo aparte. Parabéns.

O SR. IRINEU COLOMBO - Apenas quero esclarecer, Deputado Alborghetti, pela experiência do Rio Grande do Sul, que é fantástico, com relação a esta questão do menor infrator. Quando o menor é detido, eles chamam alguém da família, quando tem família. Quando não tem família, imediatamente é colocado ali o juiz de um lado e o delegado do outro, para fazer o inquérito, já passa para o promotor e já discute, ali, se tem algum lugar como internar, como é que vai ser. Se precisa internar ou não.

Tem outro dispositivo que a lei prevê também, que é o acompanhamento da família, que se torna responsável. Tem família que quer se responsabilizar por um período. Tem algumas alternativas. Então, imediatamente, ali, um de frente para o outro, já passa o processo. Rapidamente resolve. É uma postura interessante, além das escolas internas para o menor infrator, que é infracional. Reunindo alguns municípios. O medo deles é que qualquer coisinha que a criança faça, o juiz manda internar a criança. Muito cômodo, mas não é o ideal.

Uma questão que é pertinente, é a idéia da escola alternativa. Diria qualquer tipo de escola, contanto que ela seja alternativa. Se você observar bem as nossas escolas, elas têm o muro alto, a criança que está lá dentro não tem espaço verde, não tem lugares para brincar. Que escola é essa? É a escola que prima pela disciplina rígida. A criança quer brincar. A criança quer atenção. A criança quer um espaço.

Então, tem que ter uma escola alternativa, nesse aspecto também. Porque senão uma criança dessa, criada no meio da rua. Então, temos que pensar bem nessa alternativa, uma escola diferente, uma escola integral. Vários tipos de escola fora do padrão regular.

Baixar a idade para 16 anos de idade, é só querer diminuir o índice da delinquência juvenil no Brasil. Porque é uma exigência do Banco Mundial. Exigiu do Brasil, baixo índice da delinquência juvenil. Muito simples, baixa a idade, o resto é tudo adulto,

a partir de 16 anos.

O SR. CAITO QUINTANA - Foi a mesma ideia do MOBIL, diminuir o índice de analfabetismo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Muito obrigado, Senhores Deputados. Muito obrigado Deputado Anibal Khury, condescendência desse debate.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PDT. PTB. PSDB. Liderança do Governo.

O SR. CAITO QUINTANA - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Senhor Caio Quintana.

O SR. CAITO QUINTANA - Senhor Presidente, queria anunciar a presença na Assembleia, do Vereador Reni Calcaroto, de Dois Vizinhos, que é irmão do nosso garçom de Plenário, Cleumir. É uma satisfação para nós tê-lo aqui.

Mas, queria também, Senhor Presidente, pedir a Vossa Excelência que determinadas lideranças partidárias, a indicação de nomes, para instalarmos na Assembleia Legislativa, a Comissão Permanente já aprovada do MERCOSUL, como forma de podermos estabelecer debates, conferências sobre o MERCOSUL, via Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra com satisfação a presença do Vereador Reni, e solicita aos Senhores Líderes das Bancadas, que façam indicação dos membros da Comissão do MERCOSUL, e se não o fizerem dentro do prazo de 5 dias, a Mesa, através da vice-Presidência, vai proceder a reunião desta Comissão.

Esta encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 366/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Doutor José Francisco Schiavon. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 439/96, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que denomina de Dom Benjamim de Souza Gomes, o Ginásio de Esportes do Colégio Estadual Enira de Moraes Ribeiro, em Paranavai. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 445/96, de autoria do Deputado Geraldo Cartario, que altera a redação do artigo 1º da Lei nº 11.027, de 19/12/84, nele incluindo o Município de Agudos do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 445/96.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 470/96, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Senhor Darci Piana. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 508/96, de autoria do Deputado Sâmia da Silva, que altera a redação das Leis nºs 11.091, de 16/05/95, e 11.035, de 02/01/95 (Loterias - SERLOPAR). COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Este projeto vai para a C.C.J..

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 481/96, de autoria do Tribunal de Justiça, que dá nova estrutura ao quadro de servidores do Poder Judiciário, vinculados a Secretaria do Tribunal de Justiça, institui o Plano de Carreira e da outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 481/96

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

**Art. 1º.** O quadro de servidores do Poder Judiciário vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, constituído de cargos de carreira de provimento efetivo e cargos de provimento em comissão, fica reestruturado na forma dos anexos I, II, III e IV desta lei.

**Art. 2º.** A denominação, classificação, quantidade e níveis dos cargos e respectivos valores de vencimento, passam a ser os constantes dos precitados anexos e respectivas tabelas.

**Art. 3º.** A estrutura funcional da Secretaria do Tribunal de Justiça fica dividida em três grupos ocupacionais:

I - Grupo Ocupacional Superior, composto de cargos de assessoramento jurídico e outras atividades, para cujo exercício é exigida formação profissional de nível superior de escolaridade.

II - Grupo Ocupacional Intermediário, composto de cargos para cujo exercício é exigido conhecimentos técnicos ou administrativos a nível de segundo grau de escolaridade.

III - Grupo Ocupacional Básico, composto de cargos para cujo exercício é exigido conhecimentos técnicos ou administrativos a nível de primeiro grau de escolaridade.

**Parágrafo único.** A descrição das tarefas, atribuições, responsabilidades e demais características de cada cargo serão definidas no Regulamento da Secretaria do Tribunal de Justiça.

**Art. 4º.** Os cargos públicos criados por força do artigo 70 da Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1.992, ficam enquadrados na forma desta lei.

**Art. 5º.** O enquadramento dos servidores ativos e inativos fica definido no Anexo IV.

**Parágrafo único.** Aos servidores inativos não contemplados no enquadramento de que trata o

*caput* deste artigo, fica assegurada a percepção de proventos, observado o princípio da irredutibilidade

Art. 6º. Após o enquadramento, a progressão do servidor efetivo na carreira dar-se-a por antiguidade e merecimento

I - a progressão por antiguidade e a passagem do servidor de um nível para o imediatamente subsequente, dentro da mesma carreira, desde que cumprido o interstício de três anos de efetivo serviço no nível em que se encontrava

II - a progressão por merecimento é a passagem do servidor de um nível para o imediatamente subsequente, dentro da mesma carreira, desde que cumprido o interstício de um ano de efetivo serviço no nível em que se encontrava.

**Parágrafo único.** O Regulamento da Secretaria do Tribunal de Justiça fixará critérios para avaliação anual de desempenho dos servidores efetivos e definirá o setor responsável pela sua coordenação

Art. 7º. A investidura em cargo de provimento efetivo, após aprovação prévia em concurso público, dar-se-a no nível inicial de vencimento da carreira, na forma do Anexo II.

Art. 8º O número de cargos efetivos e em comissão do quadro de servidores do Poder Judiciário vinculados a Secretaria do Tribunal de Justiça, e seus respectivos vencimentos, ficam definidos nas tabelas I, II, III e IV do Anexo III

**Parágrafo único.** A remuneração mensal dos cargos em comissão de simbologia AE-1 fica fixada em R\$ 2.110,33 (dois mil cento e um reais e três centavos)

Art. 9º. O Poder Judiciário oferecerá aos seus servidores, cursos de treinamento e reciclagem, com o objetivo de criar e desenvolver consciência, hábito e informação necessários ao exercício da função pública e aperfeiçoar os seus conhecimentos, estimulando a melhoria do desempenho funcional.

Art. 10. A exceção dos integrantes da carreira de Assessor Jurídico, aos demais servidores, ocupantes de cargos do Grupo Ocupacional Superior, fica assegurada a percepção de verba de representação equivalente a 80 % (oitenta por cento) do seu vencimento, a ele integrável para todos os efeitos legais.

Art. 11. Os vencimentos dos servidores pertencentes aos quadros do foro judicial, incluídos os cargos enquadrados na forma do artigo 4º desta lei, guardada a correspondência com a Tabela III do Anexo III, ficam assim fixados :

**Escrivães do Crime :**

Entrância Final	E6
Entrância Intermediária	E3
Entrância Inicial	D11

**Escrivães da Vara da Infância e da Juventude :**

Entrância Final	E6
Entrância Intermediária	E3
Entrância Inicial	D11

**Escrivães das Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas :**

Entrância Final	C3
Entrância Intermediária	B11
Entrância Inicial	B7

**Escrivães das Varas de Família :**

Entrância Final	C4
Entrância Intermediária	C1
Entrância Inicial	B8

**Escrivão da Vara de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho :**

Entrância Final	C4
Entrância Intermediária	C1
Entrância Inicial	B8

**Escrivães das Varas de Delitos de Trânsito, da Vara do Tribunal do Júri e da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios :**

Entrância Final	E6
Entrância Intermediária	E3
Entrância Inicial	D11

**Secretário do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais :**

Secretario	E6
------------	----

**Secretários de Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais :**

Entrância Final	E6
Entrância Intermediária	E3
Entrância Inicial	D11

**Secretário dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais :**

Entrância Final	E6
Entrância Intermediária	E3
Entrância Inicial	D11

**Oficial de Justiça :**

Entrância Final	D4
Entrância Intermediária	D2
Entrância Inicial	C10

**Oficial de Justiça dos Juizados Especiais:**

Entrância Final	D4
Entrância Intermediária	D2
Entrância Inicial	C10

**Porteiro de Auditório da Capital:**

Entrância Final	D4
-----------------	----

**Comissário de Vigilância de Menores :**

Entrância Final	D4
Entrância Intermediária	D2
Entrância Inicial	C10

**Auxiliares de Cartório Criminal :**

Entrância Final	C10
Entrância Intermediária	C7
Entrância Inicial	C3

**Auxiliares de Cartório Criminal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais :**

Entrância Final	C10
Entrância Intermediária	C7
Entrância Inicial	C3

**Assistente Social :**

Entrância Final	E3
Entrância Intermediária	E1
Entrância Inicial	D6

**Agente de Limpeza :**

Entrância Final	B6
Entrância Intermediária	B3
Entrância Inicial	A10

Art. 12. Os valores dos proventos de aposentadoria dos ocupantes de cargos que integram a estrutura do Quadro de Pessoal das Serventias da Justiça do Estado do Paraná, Lei Estadual nº 10.237, de 04 de janeiro de 1.993, guardada a correspondência com a Tabela III do Anexo III, ficam assim fixados.

**Escrivão do Cível :**

Entrância Final	E4
Entrância Intermediária	E3
Entrância Inicial	E2

**Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e Avaliador Judicial :**

Entrância Final	E4
Entrância Intermediária	E3
Entrância Inicial	E2

**Oficial de Registro de Imóveis :**

Entrância Final	E4
Entrância Intermediária	E3
Entrância Inicial	E2

**Tabelião de Notas :**

Entrância Final	E4
Entrância Intermediária	E3
Entrância Inicial	E2

**Oficial de Protesto de Títulos :**

Entrância Final	E4
Entrância Intermediária	E3
Entrância Inicial	E2

**Oficial de Registro de Títulos e Documentos P.J. :**

Entrância Final	E4
Entrância Intermediária	E3
Entrância Inicial	E2

**Oficial de Registro Civil, Nascimento, Casamento e Óbito :**

Entrância Final	E4
Entrância Intermediária	E3
Entrância Inicial	E2

**Escrivão Distrital :**

Entrância Final	E1
Entrância Intermediária	D11
Entrância Inicial	D10

**Oficial Maior - (sede de Comarca)**

Entrância Final	E1
Entrância Intermediária	D11
Entrância Inicial	D10

**Oficial Maior - (Cartório Distrital)**

Entrância Final	D10
Entrância Intermediária	D4
Entrância Inicial	C1

**Escrevente Juramentado - (sede de Comarca)**

Entrância Final	D10
Entrância Intermediária	D4
Entrância Inicial	C1

**Escrevente Juramentado - (Cartório Distrital)**

Entrância Final	C1
Entrância Intermediária	B8
Entrância Inicial	B3

Art. 13. Os valores de vencimentos fixados nesta lei serão corrigidos automaticamente de acordo com os reajustamentos do funcionalismo público estadual até a data de sua entrada em vigor.

Art. 14. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário.

Art. 15. Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1.997, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 1996.

(a)Tribunal de Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
ANEXO I  
GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO

GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO

SITUAÇÃO EXISTENTE			SITUAÇÃO PROPOSTA	
Nível	Denominação	Nº de cargos	Denominação	Nº de cargos
I	Assessor Jurídico	30	Assessor Jurídico	125
II	Assessor Jurídico	40		
III	Assessor Jurídico	55		
I	Assistente de Administração	03	Administrador	05
2	Assistente de Administração	02		
1	Arquiteto	02	Arquiteto	04
2	Arquiteto	02		
2	Assistente Social	12	Assistente Social	38
3	Assistente Social	26		
2	Bibliotecário	02	Bibliotecário	08
3	Bibliotecário	06		
1	Contador	03	Contador	05
2	Contador	02		
1	Dentista	01	Dentista	03
2	Dentista	02		
1	Engenheiro	03	Engenheiro	05
2	Engenheiro	02		
1	Enfermeiro	01	Enfermeiro	03
2	Enfermeiro	02		
2	Revisor	02	Revisor	05
3	Revisor	03		
1	Médico	02	Médico	04
2	Médico	02		
1	Programador de computador	02	Programador de computador	05
2	Programador de computador	03		
1	Psicólogo	03	Psicólogo	08
2	Psicólogo	05		

SITUAÇÃO EXISTENTE			SITUAÇÃO PROPOSTA	
Nível	Denominação	Nº de cargos	Denominação	Nº de cargos
3	Oficial Judiciário	40	Oficial Judiciário	245
4	Oficial Judiciário	45		
5	Oficial Judiciário	60		
6	Oficial Judiciário	100	Oficial Judiciário	105
7	Auxiliar Judiciário	20		
8	Auxiliar Judiciário	20	Oficial Judiciário	31
9	Auxiliar Judiciário	20		
10	Auxiliar Judiciário	45	Oficial Judiciário	347
3	Agente Técnico	03		
4	Agente Técnico	11	Oficial Judiciário	269
5	Agente Técnico	16		
6	Agente Técnico	01	Técnico Judiciário	50
4	Agente Técnico Administrativo	154		
5	Agente Técnico Administrativo	93	Técnico Judiciário	10
6	Agente Técnico Administrativo	34		
7	Agente Técnico Administrativo	14	Técnico Judiciário	03
8	Agente Técnico Administrativo	07		
9	Agente Técnico Administrativo	28	Técnico Judiciário	04
10	Agente Técnico Administrativo	17		
1	Técnico Especializado	53	Técnico Judiciário	01
2	Técnico Especializado	52		
3	Técnico Especializado	141	Técnico Judiciário	02
4	Técnico Especializado	08		
5	Técnico Especializado	04	Técnico Judiciário	02
2	Auxiliar de Juiz	22		
3	Auxiliar de Juiz	28	Técnico Judiciário	04
3	Assistente Social da VEP	01		
2	Técnico em execuções Penais	08	Técnico Judiciário	02
3	Técnico em execuções Penais	02		
4	Desenhista	01	Desenhista	02
5	Desenhista	02		
4	Operador de Computador	02	Operador de Computador	02
5	Operador de Computador	02		
2	Técnico em Proc. de Dados	02	Técnico Judiciário	04
6	Mecânico	03		
7	Mecânico	03	Técnico Judiciário	02
4	Enfermeiro	01		
5	Enfermeiro	01	Técnico Judiciário	04
6	Enfermeiro	02		

SITUAÇÃO EXISTENTE			SITUAÇÃO PROPOSTA	
Nível	Denominação	Nº de cargos	Denominação	Nº de cargos
6	Agente de Serviço Externo	14	Motorista	17
7	Agente de Serviço Externo	17		
5	Motorista	37	Motorista	31
6	Motorista	31		
7	Motorista	02	Telefonista	05
10	Telefonista	05		
11	Telefonista	07	Agente de Conservação	80
10	Agente de Conservação	80		
11	Agente de Conservação	10	Agente de Serviços Gerais	79
6	Agente de Serviços Gerais	79		
7	Agente de Serviços Gerais	26	Agente de Serviços Gerais	18
8	Agente de Serviços Gerais	18		
9	Agente de Serviços Gerais	21	Agente de Serviços Gerais	40
10	Agente de Serviços Gerais	40		
11	Agente de Serviços Gerais	03	Agente de Serviços Gerais	34
12	Agente de Serviços Gerais	34		
9	Agente de Conserv. Limp.	04	Agente de Serviços Gerais	15
11	Ascensorista	15		
12	Ascensorista	12	Copeiro	10
10	Copeiro	10		
11	Copeiro	10	Copeiro	10
11	Copeiro	10		

FORO JUDICIAL

5	Oficial de Justiça Artigo 70 da Lei 10.218/92	61	Oficial de Justiça final Oficial de Justiça Interim Oficial de Justiça Inicial
---	--	----	--

## ANEXO II

## DESLOCAMENTO NA CARREIRA

GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR		
CARREIRA	INICIAL	FINAL
Assessor Jurídico	E9	F11
Administrador	D9	E9
Analista de Sistemas	D9	E9
Arquiteto	D9	E9
Assistente Social	D9	E9
Bibliotecário	D9	E9
Contador	D9	E9
Dentista	D9	E9
Economista	D9	E9
Engenheiro	D9	E9
Jornalista	D9	E9
Médico	D9	E9
Programador de Computador	D9	E9
Psicólogo	D9	E9

GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO		
CARREIRA	INICIAL	FINAL
Oficial Judiciário	A8	D8
Técnico Judiciário	A8	D8
Desenhista	C1	D8
Operador de Computador	C1	D8
Mecânico	B1	D8
Auxiliar de Enfermagem	B1	D8

GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO		
CARREIRA	INICIAL	FINAL
Motonista	A8	D5
Telefonista	A8	D5
Agente de Conservação	A1	C11
Agente de Serviços Gerais	A1	C11
Ascensorista	A1	C11
Copeiro	A1	C11

## ANEXO III

## TABELA 1

## CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO OCUPACIONAL	CARGO	Nº de Cargos
SUPERIOR	Assessor Jurídico	125
	Administrador	05
	Arquiteto	04
	Assistente Social	38
	Bibliotecário	08
	Contador	05
	Dentista	03
	Economista	05
	Engenheiro	03
	Jornalista	05
	Médico	04
	Programador de Computador	05
	Psicólogo	08

GRUPO OCUPACIONAL	CARGO	Nº de Cargos
INTERMEDIÁRIO	Oficial Judiciário	381
	Técnico Judiciário	677
	Desenhista	03
	Operador de Computador	08
	Mecânico	08
	Auxiliar de Enfermagem	04

GRUPO OCUPACIONAL	CARGO	Nº de Cargos
BÁSICO	Motonista	101
	Telefonista	12
	Agente de Conservação	180
	Agente de Serviços Gerais	233
	Ascensorista	27
	Copeiro	20

## ANEXO III

## TABELA 2

## Cargos de Provimento em Comissão

SITUAÇÃO EXISTENTE			SITUAÇÃO PROPOSTA		
Símbolo	Denominação	QTD	Símbolo	Denominação	QTD
DAS-1	Diretor Geral do Tribunal de Justiça	01	DAS-1	Secretário do Tribunal de Justiça	01
DAS-2	Vice-Diretor Geral do Tribunal de Justiça	01	DAS-2	Subsecretário do Tribunal de Justiça	01
DAS-3	Diretor do Gabinete do Presidente	01	DAS-3	Diretor do Gabinete do Presidente	01
DAS-3	Secretário do Presidente	01	DAS-3	Secretário do Presidente	01
DAS-3	Diretor de Departamento	06	DAS-3	Diretor da Assessoria de Recursos	01
DAS-3	Diretor da Assessoria de Recursos	01	DAS-3	Diretor da Assessoria de Planejamento da Presidência	01
DAS-4	Assessor Especial do Presidente	01	DAS-3	Diretor de Departamento	08
DAS-4	Assessor Jurídico Administrativo do Presidente	01	DAS-4	Assessor Administrativo do Presidente	01
DAS-4	Assessor Econômico e Financeiro do Presidente	01	DAS-4	Assessor Jurídico Administrativo do Presidente	01
DAS-4	Assessor Patrimonial do Presidente	01	DAS-4	Assessor Econômico e Financeiro do Presidente	01
DAS-4	Assessor Judiciário do Presidente	01	DAS-4	Assessor Patrimonial do Presidente	01
DAS-4	Chefe de Gabinete do Vice-Presidente	01	DAS-4	Assessor Judiciário do Presidente	01
DAS-4	Chefe de Gabinete do Corregedor da Justiça	01	DAS-4	Assessor de Recursos	04
DAS-4	Secretário do Corregedor da Justiça	01	DAS-4	Chefe de Gabinete do Vice-Presidente	01
DAS-4	Assessor de Recursos	04	DAS-4	Chefe de Gabinete do Corregedor	01
DAS-4	Chefe de Gabinete do Secretário	01	DAS-4	Secretário do Corregedor	01
DAS-4	Secretário de Desembargador	32	DAS-4	Chefe do Gabinete do Secretário	01
DAS-4	Supervisor da Assessoria de Planejamento	01	DAS-4	Supervisor do Centro de Documentação	01
DAS-4	Supervisor do Centro de Processamento de Dados	01	DAS-4	Supervisor do Centro de Processamento de Dados	01
DAS-4	Supervisor do Centro de Documentação	01	DAS-4	Secretário de Desembargador	32
DAS-5	Assessor Parlamentar do Gabinete da Presidência	01	DAS-5	Assessor Parlamentar do Presidente	01
DAS-5	Assessor Jurídico Administrativo do Vice-Presidente	01	DAS-5	Chefe do Cerimonial	01
DAS-5	Assessor Jurídico Administrativo do Corregedor	01	DAS-5	Assessor de Imprensa	01
DAS-5	Assessor de Imprensa	01	DAS-5	Assessor Jurídico Administrativo do Vice-Presidente	01
DAS-5	Chefe do Cerimonial	01	DAS-5	Assessor Jurídico Administrativo do Corregedor	01
DAS-5	Assessor Correicional	02	DAS-5	Assessor Correicional	02
DAS-5	Assistente Técnico do Centro de Documentação	01	DAS-5	Coordenador da Assessoria do Secretário	01
DAS-5	Coordenador da Assessoria do Secretário	01	DAS-5	Assistente Técnico do Centro de Documentação	01
AE-1	Assessor Especial do Gabinete da Presidência	02	AE-1	Assessor Especial do Presidente	02
AE-1	Assessor Especial do Gabinete do Vice-Presidente	01	AE-1	Assessor Especial do Vice-Presidente	01
AE-1	Assessor Especial do Gabinete do Corregedor	01	AE-1	Assessor Especial do Corregedor	01
1 C	Oficial de Gabinete do Presidente	02	1 C	Oficial de Gabinete do Presidente	08
1 C	Cargo em comissão do Gabinete da Presidência	02	1 C	Oficial de Gabinete do Vice-Presidente	04
1 C	Oficial de Gabinete do Vice-Presidente	02	1 C	Oficial de Gabinete do Corregedor	04
1 C	Cargo em comissão do Gabinete do Vice-Presidente	02	1 C	Oficial de Gabinete do Secretário	02
1 C	Oficial de Gabinete do Corregedor	02	1 C	Oficial de Gabinete do Subsecretário	01
1 C	Cargo em comissão do Gabinete do Corregedor	02	1 C	Assessor do Diretor de Departamento	08
1 C	Oficial de Gabinete do Secretário	01	3 C	Auxiliar de Gabinete do Presidente	04
1 C	Cargo em comissão do Gabinete do Diretor Geral	01	3 C	Auxiliar de Gabinete do Vice-Presidente	01
1 C	Oficial de Gabinete do Subsecretário	01	3 C	Auxiliar de Gabinete do Corregedor	04
1 C	Assessor de Diretor de Departamento	06			
1 C	Supervisor do Fichário Confidencial da Magistratura	01			
3 C	Supervisor de Transporte e Manutenção	01			
3 C	Auxiliar de Gabinete do Presidente	04			
3 C	Auxiliar de Gabinete do Corregedor	04			
3 C	Auxiliar de Gabinete do Vice-Presidente	01			
	TOTAL EXISTENTE	104		TOTAL PROPOSTO	184

## ANEXO III

## TABELA 3

## NÍVEIS DE VENCIMENTO

Ordem	A	B	C	D	E	F
1	422,63	545,24	697,96	900,35	1.330,92	1.717,09
2	432,53	558,02	714,21	921,44	1.382,11	1.757,32
3	442,67	571,09	730,95	943,03	1.394,02	1.798,49
4	453,04	584,47	748,07	965,12	1.426,68	1.840,63
5	463,65	598,16	765,60	987,74	1.460,11	1.883,76
6	474,51	612,18	783,54	1.010,88	1.494,32	1.927,89
7	485,63	626,52	801,90	1.034,56	1.529,33	1.973,08
8	497,01	641,19	820,68	1.058,80	1.565,16	2.019,29
9	508,65	656,22	839,91	1.083,61	1.601,84	2.066,60
10	520,57	671,59	859,59	1.109,00	1.639,37	2.115,03
11	532,76	687,32	879,73	1.134,99	1.677,78	2.164,58

## ANEXO III

## TABELA 4

## NÍVEIS DE VENCIMENTO

## CARGOS EM COMISSÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A - CARGOS DE DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR	
SÍMBOLO DAS - 1	498,91
SÍMBOLO DAS - 2	440,34
SÍMBOLO DAS - 3	410,39
SÍMBOLO DAS - 4	350,91
SÍMBOLO DAS - 5	320,96

B - CARGOS EM COMISSÃO	
SÍMBOLO 1 - C	207,12
SÍMBOLO 2 - C	191,28
SÍMBOLO 3 - C	176,57

ANEXO IV  
GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO

SITUAÇÃO ATUAL			
Nível	Denominação	Nº de cargos	Classific na Tabela
3	Oficial Judiciário	40	D6
4	Oficial Judiciário	45	D3
5	Oficial Judiciário	60	D1
6	Oficial Judiciário	100	C8
7	Auxiliar Judiciário	20	C4
8	Auxiliar Judiciário	20	C1
9	Auxiliar Judiciário	20	B8
10	Auxiliar Judiciário	45	B4
3	Agente Técnico	03	D1
4	Agente Técnico	11	C8
5	Agente Técnico	16	C4
6	Agente Técnico	01	C1
4	Agente Técnico Administrativo	154	C8
5	Agente Técnico Administrativo	93	C4
6	Agente Técnico Administrativo	34	C1
7	Agente Técnico Administrativo	14	B8
8	Agente Técnico Administrativo	07	B4
9	Agente Técnico Administrativo	28	B1
10	Agente Técnico Administrativo	17	A8
1	Técnico Especializado	63	D6
2	Técnico Especializado	52	D3
3	Técnico Especializado	141	D1
4	Técnico Especializado	09	C8
5	Técnico Especializado	04	C4
2	Auxiliar de Juiz	22	D3
3	Auxiliar de Juiz	28	D1
3	Assistente Social da VEP	01	D1
2	Técnico em Execuções Penais	08	D3
3	Técnico em Execuções Penais	02	D1
4	Desenhista	01	D3
5	Desenhista	02	D1
4	Operador de Computador	02	D3
5	Operador de Computador	02	D1
2	Técnico em Proc. de Dados	02	D3
6	Mecânico	03	C8
7	Mecânico	03	C4
4	Enfermeiro	01	D3
5	Enfermeiro	01	D1
6	Enfermeiro	02	C8

GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR

SITUAÇÃO ATUAL			
Nível	Denominação	Nº de cargos	Classific na Tabela
I	Assessor Jurídico	40	F9
II	Assessor Jurídico	40	F6
III	Assessor Jurídico	55	F3
1	Assistente de Administração	03	E6
2	Assistente de Administração	02	E3
1	Arquiteto	02	E6
2	Arquiteto	02	E3
3	Assistente Social	12	E3
2	Bibliotecário	26	E1
3	Bibliotecário	02	E3
1	Contador	06	E1
2	Contador	03	E6
1	Dentista	02	E3
2	Dentista	01	E6
1	Economista	02	E3
2	Economista	03	E6
1	Engenheiro	02	E3
2	Engenheiro	01	E6
3	Redator	02	E3
1	Médico	02	E1
2	Médico	03	E6
1	Programador de computadores	02	E3
2	Programador de computadores	03	E1
1	Psicólogo	03	E6
2	Psicólogo	05	E3

GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO

SITUAÇÃO ATUAL			
Nível	Denominação	Nº de cargos	Classific na Tabela
6	Agente de Serviço Externo	14	C8
7	Agente de Serviço Externo	17	C4
5	Motorista	37	C4
6	Motorista	31	C1
7	Motorista	02	B8
10	Telefonista	05	B6
11	Telefonista	07	B3
10	Agente de Conservação	80	B6
11	Agente de Conservação	80	B3
9	Agente de Conserv. Limp	04	B1
5	Agente de Serviços Gerais	10	C4
6	Agente de Serviços Gerais	79	C1
7	Agente de Serviços Gerais	26	B8
8	Agente de Serviços Gerais	16	B4
9	Agente de Serviços Gerais	21	B1
10	Agente de Serviços Gerais	40	A8
11	Agente de Serviços Gerais	03	A4
12	Agente de Serviços Gerais	34	A1
11	Ascensorista	15	B3
12	Ascensorista	12	A10
10	Copeiro	10	B6
11	Copeiro	10	B3

JUSTIFICATIVA:

**I - INTRODUÇÃO:****1. QUINZE ANOS SEM REESTRUTURAÇÃO.**

De há muito vem sendo sentida a necessidade de reestruturar o quadro de servidores do Poder Judiciário vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça. Basta lembrar que sua configuração atual é estabelecida pela Lei nº 7.547, de 14 de dezembro de 1981, remontando à gestão do eminente Desembargador Heliantho Camargo.

A pequena reforma de 1987 (Lei nº 8.672, de 23/12/87) não teve o condão de modificá-lo expressivamente, muito embora já se fizesse sentir a desproporção entre o aumento da atividade jurisdicional e o número de auxiliares da justiça necessários para suportá-la.

Com a promulgação da Constituição Federal em 05 de outubro de 1988, agravou-se o problema da carência de mão-de-obra em muitos setores do Tribunal e comarcas do interior do Estado. É que não mais puderam ser contratados servidores sobre a égide da Consolidação das Leis do Trabalho, como ocorria até então, porque a investidura em cargos e empregos públicos ficou condicionada à aprovação prévia em concurso de provas e títulos, e porque foi instituído regime jurídico único no âmbito do serviço público.

Por isto que o número de funcionários vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça permaneceu o mesmo há praticamente quinze anos, malgrado o crescimento da prestação jurisdicional em todo o Estado.

Como ilustração e para demonstrar o crescimento constante da demanda dos serviços, é oportuno lembrar o número de processos distribuídos e julgados neste Tribunal no período de 1989 a 1995

ANO	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
DISTRIBUÍDOS	5960	5079	5126	5606	5209	8041	7637
JULGADOS	4630	5079	4815	5241	4886	6672	8506

Com base nos dados estatísticos acima, depreende-se que o aumento da atividade jurisdicional foi da ordem de 83,6 % nos últimos seis anos, indicativo principal da necessidade urgente de adaptar o quadro de funcionários a esta nova realidade.

Cumprе destacar ainda que a reformulação proposta não se restringe ao âmbito da Secretaria do Tribunal de Justiça mas abrange, por igual, também os servidores e serventuários em exercício nas diversas comarcas do Estado.

**2. VENCIMENTOS.**

A situação não é diversa também no aspecto remuneratório. Basta lembrar que nos últimos quinze anos o país atravessou o maior período inflacionário de sua história e que os salários perderam enormemente o seu poder de compra.

Em nosso Estado, no âmbito do funcionalismo público, a falta de uma política séria de reajuste de vencimentos somada à postura radical e intransigente adotada pelo Poder Executivo nos dois últimos períodos de governo, acabou por provocar um indesejável efeito "socializante" na pirâmide salarial, abalando a hierarquia entre os cargos, base histórica sobre a qual estava baseada toda a estrutura funcional do Estado.



No âmbito do Poder Judiciário, inaugurou-se período de turbulência com a eclosão de inúmeras greves, tão grande o descontentamento com a política do Poder Executivo para o funcionalismo público. Vale lembrar, nem mesmo a magistratura foi poupada dos efeitos maléficos desta época tenebrosa, levada que foi, infelizmente, a paralisar suas atividades, pela primeira vez na história do Judiciário paranaense.

Além destas causas principais, inúmeras outras circunstâncias levaram os vencimentos dos servidores do Poder Judiciário ao atual estado de desorganização, com indesejáveis distorções. Senão vejamos: inicialmente, nos anos de 1982 até 1984, para evitar a corrosão dos vencimentos, atribuiu-se ao servidor gratificação de 50 % pela prestação de serviços extraordinários, com base no Estatuto dos Servidores Públicos do Estado (Lei nº 6.174, de 16/11/70 - art. 172, II). Nos três anos seguintes, a inflação fez com que esta gratificação fosse substituída por outra, agora pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva (Lei cit., art. 172, III), de 100 % dos vencimentos do servidor. Como a partir de 1990 também esta gratificação ficou defasada, passou-se a creditar outra, desta feita a título de "encargos especiais" (Lei cit., art. 172, VIII), fixada em 50 % dos vencimentos e de forma cumulativa com as anteriores. Nova conjuntura de defasagem, seguida de movimentação paretista, levou a cúpula desta Corte a estendê-la a todos os servidores, inclusive inativos e do foro judicial. Por fim, recentemente, o Excelentíssimo Desembargador Presidente houve por bem mandar implantar em folha de pagamento, em face de decisão judicial, complementação equivalente a 17,08 % dos vencimentos dos servidores, o que vem sendo feito sob rubrica própria no contracheque mensal.

Como se vê, no aspecto financeiro o quadro é igualmente insustentável porque, na verdade, a finalidade da atribuição das mencionadas gratificações ficou perdida no tempo, dando lugar a distorções juridicamente intoleráveis. Como o egrégio Tribunal de Contas do Estado tem adotado postura inflexível em relação ao assunto, a administração atual enfrenta um grave problema a ser resolvido, o do desestímulo às aposentadorias. É que para muitos servidores a inativação é desvantajosa ante a impossibilidade da incorporação de algumas das mencionadas gratificações.

Daí a necessidade urgente de reformular também a tabela de vencimento dos servidores, a fim de restaurar a legalidade, naturalmente, sem a redução constitucionalmente vedada.

### 3. OPORTUNIDADE.

Felizmente, nestes novos tempos, a ação do governo estadual no âmbito administrativo, vem se caracterizando pela adoção de medidas corretivas em relação ao passado. Recentemente, foram aprovados novos quadros do magistério e da Polícia Militar Estadual.

Também a Procuradoria Geral da Justiça, com discreta anuência do Poder Executivo, conquistou a promulgação da Lei nº 11.455, de 10 de julho de 1996, instituindo o "Plano de Carreira dos Servidores do Ministério Público". Foram criados novos cargos, implantados patamares de vencimento mais apropriados e reajustados os valores das funções gratificadas.

Ao que tudo leva a crer, este é o momento mais apropriado à reformulação do quadro de funcionários, razão pela qual tentou-se traduzir no anteprojeto ora apresentado solução abrangente e compreensiva das reais necessidades do Judiciário.

## II - O ANTEPROJETO.

### 1. GRUPOS OCUPACIONAIS.

Prevê-se inicialmente a subdivisão em três grupos ocupacionais de servidores efetivos, organizados de acordo com o nível de escolaridade.

O Grupo Ocupacional Superior reunirá cargos da carreira de assessoramento jurídico e outras atividades de nível superior, o Grupo Ocupacional Intermediário será composto de cargos para cujo

exercício é necessário instrução a nível secundário, e, por fim, o Grupo Ocupacional Básico, será composto de cargos para cujo exercício será exigida instrução a nível primário.

A descrição das tarefas, atribuições, responsabilidades e demais características de cada cargo serão remetidas, mediante Decreto Judiciário, ao regulamento da Secretaria do Tribunal de Justiça, dinamizando a fixação dos seus atributos e exigências para o respectivo exercício, ficando, assim, esta responsabilidade vinculada à presidência do Tribunal.

## 2. SERVIDORES TRANSITÓRIOS.

Reza o anteprojeto, em seu artigo 4º:

“... Os cargos públicos criados por força do artigo 70 da Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992, ficam enquadrados na forma desta lei.”

Com este dispositivo, pretende-se solucionar a situação problemática dos antigos ocupantes de empregos públicos (celetistas), atuais “servidores transitórios”, assim nominados na Resolução nº 03, de 22 de abril de 1993, do Egrégio Órgão Especial.

Realmente o Governo Estadual implantou (com algum atraso) o “regime jurídico único” excogitado na Carta Magna (art. 37, *caput*), bem como na Constituição Estadual (art. 33, *caput*), de modo sumário e genérico. É o que se conclui examinando o texto do artigo 70 da Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992 - *verbis*:

“... Art. 70. Os atuais servidores da administração direta e suas autarquias, ocupantes de empregos com regime jurídico definido pela Consolidação das Leis do Trabalho, terão seus empregos transformados em cargos públicos na data da publicação desta lei.

§ 1º. Os ocupantes de empregos temporários não se incluem ao regime desta lei.

§ 2º. Aplicar-se-á aos servidores referidos neste artigo, a Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, de conformidade com as disposições constitucionais aplicáveis...”

Assim, todos os “...atuais servidores da administração direta...”, “... ocupantes de empregos com regime jurídico definido pela Consolidação das Leis do Trabalho...” tiveram seus empregos transformados em cargos públicos.

Ora, este Tribunal também integra a administração direta e estadual, razão pela qual não há dúvida que também seus servidores celetistas foram “efetivados” naquela oportunidade. São despidiendas outras digressões, *data vênia*, até porque o texto de lei é expresso ao determinar seja aplicado aos cargos públicos criados por “transformação”, o regime da Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná (*in claris cessat interpretatio*, como asseveravam os romanos).

Vale dizer, naquela época, inúmeras leis semelhantes transformaram empregos em cargos públicos no âmbito da administração direta da União, dos Estados e dos Municípios, com supedâneo na norma constitucional que obriga a adoção do regime jurídico único. O Colendo Superior Tribunal de Justiça, por exemplo, através da Lei nº 7.746, de 30 de março de 1989, instituiu seu plano de carreiras com adoção de igual providência, como se percebe examinando os seguintes dispositivos da referida lei - *verbis*:

“... Art. 13. Observado o disposto na artigo 37, V, XI, XII e XIII e no artigo 39, da Constituição Federal, o Superior Tribunal de Justiça elaborará e expedirá plano de carreira, no âmbito de sua competência.

*Art. 14.* Na implantação do plano de carreira a que se refere o artigo anterior, poderá o Superior Tribunal de Justiça *transformar em cargos empregos integrantes da Tabela de Pessoal Permanente de sua Secretaria regidos pela legislação trabalhista*, bem como transformar cargos efetivos e em comissão e funções de confiança, observado, em ambos os casos, quanto ao seu preenchimento, o que dispõe o artigo 37, II da Constituição Federal.

*Art. 15.* O disposto nos artigos 13 e 14 aplica-se aos Quadros de Pessoal Permanente das Secretarias das Seções Judiciárias, dos Tribunais Regionais Federais e do Conselho da Justiça Federal..."

Por isto que agora propõe-se apenas o enquadramento daqueles servidores em carreiras compatíveis, guardada a necessária correspondência com as funções exercidas e o nível atual de vencimento.

### 3. PROMOÇÕES.

A sistemática adotada no anteprojeto é e mais adaptada à necessidade de motivar e estimular a produtividade do servidor, durante toda a sua vida funcional.

Propõe-se que a progressão na carreira, pelos usuais critérios de antiguidade e merecimento, se dê mediante novos parâmetros, valendo aqui repetir o artigo 6º, incisos I e II do anteprojeto - *verbis*:

"...I - A progressão por antiguidade é a passagem do servidor de um nível para o imediatamente subsequente, dentro da mesma carreira, desde que cumprido o interstício de três anos de efetivo serviço no nível em que se encontrava.

II - A progressão por merecimento é a passagem do servidor de um nível para o imediatamente subsequente, dentro da mesma carreira, desde que cumprido o interstício de um ano de efetivo serviço no nível em que se encontrava."

Assim, o servidor progredirá obrigatoriamente: a cada três anos um nível, por antiguidade, ou, ano a ano por merecimento. A inovação principal é a que possibilita avaliação anual de desempenho, condição *sine qua* para a progressão, com base na sua produtividade, diligência, assiduidade e pontualidade.

O número de níveis para progressão, dentro de cada carreira, é estabelecido no Anexo III do anteprojeto.

Por força do disposto no artigo 7º, após o devido concurso público, o servidor será empossado no nível inicial de sua carreira. Cumprido o estágio probatório, passará a ser avaliado anualmente.

E oportuno esclarecer que os valores de vencimento da tabela são idênticos aqueles vigentes na Lei nº 11.455, de 10 de julho de 1996- "Plano de Carreira dos Servidores do Ministério Público". A peculiaridade adotada no anteprojeto é a possibilidade de progressão na tabela independentemente do grupo ocupacional a que pertencer o servidor, aumentando a maleabilidade na fixação do limite de progressão na carreira.

Adotou-se sistema de progressão em níveis, com início no nível A1, seguido dos níveis A2, A3, A4, e assim sucessivamente até o nível F11, que corresponde ao maior vencimento da tabela. Os valores são aqueles constantes do Anexo III (Tabela 3).

O Presidente do Tribunal de Justiça, no Regulamento da Secretaria, fixará critérios de avaliação anual do desempenho dos servidores e definirá o setor responsável pela sua coordenação.

#### 4. ENQUADRAMENTO.

Para efetuar o enquadramento dos servidores ativos e inativos, na forma do Anexo VI, levou-se em consideração a correspondência entre a situação anterior e a atual de cada cargo, respeitada a proporcionalidade dos vencimentos.

Para os servidores inativos que, por decisão judicial ou administrativa, não puderem ser enquadrados de acordo com esta regra geral, previu-se no parágrafo único do artigo 5º a exceção, uma vez obedecida a irredutibilidade dos proventos constitucionalmente assegurada.

#### 5. TREINAMENTO.

Em todas as corporações, a importância atribuída ao treinamento de pessoal demonstra ser este um dos pontos vitais para o crescimento do nível de motivação e produtividade de qualquer contingente funcional.

No serviço público, o treinamento alcança maior realce na medida em que a estabilidade no emprego, dentre outros fatores, muitas vezes conduz à estagnação e até à involução do funcionário, com evidente prejuízo à administração.

Por isto, que o anteprojeto prevê a realização de cursos de treinamento e reciclagem aos servidores, com o objetivo de criar e desenvolver consciência, hábitos e informação necessários ao exercício da função pública, aperfeiçoar os seus conhecimentos e estimular a melhoria do desempenho funcional.

#### 6. PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR.

Os atuais servidores ocupantes de cargos do Grupo Ocupacional Superior Especial fazem jus, atualmente, a uma gratificação de representação equivalente a 80% (oitenta por cento) do seu vencimento. Dita gratificação, no entanto, tem suporte apenas administrativo, o que torna necessário assegurar por preceito de lei o respectivo direito.

O anteprojeto excepciona a carreira de Assessor Jurídico, eis que seus integrantes já fazem jus a verba da mesma natureza fixada por lei em 126% (cento e vinte e seis por cento) do vencimento.

#### 7. FORO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL.

Os vencimentos dos ocupantes de cargos das escrivancias do foro judicial, fixados no anteprojeto, foram correlacionados com os do pessoal da Secretaria. Estes auxiliares da Justiça, porém, terão plano de carreiras a ser definido *de lege ferenda*, por ocasião do novo Código de Divisão e Organização Judiciárias, atualmente em elaboração.

Os níveis e valores dos proventos de aposentadoria dos ocupantes de cargos que integram a estrutura do Quadro de Pessoal das Serventias da Justiça do Estado do Paraná - Lei Estadual nº 10.237, de 04 de janeiro de 1993, foram igualmente correlacionados com os do pessoal da Secretaria, o que os torna mais consentâneos com a realidade, face à indiscutível corrosão havida nos últimos anos, máxime porque para estes não se pode atribuir algumas das gratificações concedidas aos do quadro efetivo.

É a exposição.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 481/96

P A R E C E R:

A proposição em tela, de autoria do Tribunal de Justiça, tem por objetivo dar nova estrutura ao quadro de servidores do Poder Judiciário vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, institui o plano de carreira e dá outras providências.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão nada encontrou que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 481/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, tem por objetivo dar nova estrutura ao quadro de servidores do Poder Judiciário vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, institui o plano de carreiras e dá outras providências.

Sobre a matéria já existe o parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão não encontrou nada que impeça sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim, emite seu parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUILIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 487/96, de autoria do Tribunal de Justiça, que dá nova estrutura ao quadro de servidores da Secretaria do Tribunal de Alçada do Estado, institui o plano de carreiras e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 487/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O quadro de servidores da Secretaria do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, constituído de cargos de carreira de provimento efetivo

e cargos de provimento em comissão, fica reestruturado na forma dos anexos I a IV desta lei.

Art. 2º - A denominação, classificação, quantidade e níveis dos cargos e respectivos valores de vencimento, passam a ser os constantes dos precitados anexos e respectivas tabelas.

Art. 3º - A estrutura da Secretaria do Tribunal de Alçada fica dividida em três grupos ocupacionais:

I - Grupo Ocupacional Superior, composto de cargos de assessoramento jurídico e outras atividades, para cujo exercício é exigida formação profissional de nível superior de escolaridade.

II - Grupo Ocupacional Intermediário, composto de cargos para cujo exercício são exigidos conhecimentos técnicos ou administrativos a nível de segundo grau de escolaridade.

III - Grupo Ocupacional Básico, composto de cargos para cujo exercício são exigidos conhecimentos técnicos ou administrativos a nível de primeiro grau de escolaridade.

Parágrafo Único - A descrição das tarefas, atribuições, responsabilidades e demais características de cada cargo serão objeto do Regulamento da Secretaria do Tribunal de Alçada.

Art. 4º - Os cargos públicos criados por força do artigo 70, da Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992, alterada pela Lei nº 10.464, de 5 de outubro de 1993, ficam enquadrados na forma desta lei.

Art. 5º - O enquadramento dos servidores ativos e inativos fica definido no Anexo III.

Parágrafo Único - Aos servidores inativos não contemplados no enquadramento de que trata o caput deste artigo, fica assegurada a percepção de proventos, observado o princípio de irredutibilidade.

Art. 6º - Após o enquadramento, a progressão do servidor efetivo na carreira dar-se-á por antigüidade e merecimento, alternadamente, obedecido no mais o que a respeito dispõe o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná, Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Parágrafo Único - O Regulamento da Secretaria do Tribunal de Alçada fixará critérios para avaliação anual de desempenho dos servidores efetivos e definirá o setor responsável pela sua coordenação.

Art. 7º - A investidura em cargo de provimento efetivo, após aprovação prévia em concurso público, dar-se-á ao nível inicial de vencimento da carreira, na forma do Anexo III.

Art. 8º - O número de cargos efetivos e em comissão do quadro de servidores da Secretaria do Tribunal de Alçada e seus respectivos vencimentos, ficam definidos nos Anexos I, II, III, IV, V e VI e respectivas tabelas.

Art. 9º - O Tribunal de Alçada manterá Programas de Avaliação de Desempenho e de Desenvolvimento de Pessoal, visando ao aperfeiçoamento e especialização de seus servidores.

Art. 10 - À exceção dos integrantes da carreira de Assessor Jurídico, aos demais servidores, ocupantes de cargos do Grupo Ocupacional Superi-

or, fica assegurada a percepção de verba de representação no valor de até 80% (oitenta por cento) do seu vencimento, a ele integrável para todos os efeitos legais.

Art. 11 - Os valores dos vencimentos fixados nesta lei serão corrigidos automaticamente de acordo com os reajustamentos do funcionalismo público estadual até a data de sua entrada em vigor.

Art. 12 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Sessões, em 04.11.96.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO I

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR

GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO

SITUAÇÃO EXISTENTE			SITUAÇÃO PROPOSTA		
Nível	Denominação	Nº de cargos	Nível	Denominação	Nº de cargos
I	Assessor Jurídico	18	Assessor Jurídico	10	
II	Assessor Jurídico	08	Assessor Jurídico	05	
III	Assessor Jurídico	05	Assessor Jurídico	05	
1	Assistente Técnico Administrativo	15	Assistente Técnico	02	
2	Assistente Técnico Administrativo	03	Assistente Técnico	02	
2	Bibliotecário	01	Bibliotecário	01	
3	Bibliotecário	01	Bibliotecário	01	
1	Contador	01	Contador	01	
2	Contador	01	Contador	01	
1	Programador de computador	01	Programador de computador	01	
2	Programador de computador	01	Programador de computador	01	
Total		50			50

SITUAÇÃO EXISTENTE			SITUAÇÃO PROPOSTA		
Nível	Denominação	Nº de cargos	Nível	Denominação	Nº de cargos
3	Oficial Judiciário	07	Oficial Judiciário	07	
4	Oficial Judiciário	09	Oficial Judiciário	09	
5	Oficial Judiciário	10	Oficial Judiciário	10	
6	Oficial Judiciário	09	Oficial Judiciário	09	
7	Auxiliar Judiciário	09	Oficial Judiciário	09	
8	Auxiliar Judiciário	09	Oficial Judiciário	09	
9	Auxiliar Judiciário	11	Oficial Judiciário	11	
10	Auxiliar Judiciário	12	Oficial Judiciário	12	
4	Agente Técnico Administrativo	09	Técnico Judiciário	09	
5	Agente Técnico Administrativo	03	Técnico Judiciário	03	
6	Agente Técnico Administrativo	01	Técnico Judiciário	01	
7	Agente Técnico Administrativo	01	Técnico Judiciário	01	
8	Agente Técnico Administrativo	02	Técnico Judiciário	02	
9	Agente Técnico Administrativo	01	Técnico Judiciário	01	
10	Agente Técnico Administrativo	01	Técnico Judiciário	01	
1	Técnico Especializado	01	Técnico Judiciário	01	
2	Técnico Especializado	13	Técnico Judiciário	13	
3	Técnico Especializado	05	Técnico Judiciário	05	
4	Técnico Especializado	11	Técnico Judiciário	11	
5	Técnico Especializado	02	Técnico Judiciário	02	
6	Técnico Especializado	01	Técnico Judiciário	01	
7	Técnico Especializado	01	Técnico Judiciário	01	
4	Operador de Computador	1	Op. de Computador	1	
5	Operador de Computador	1	Op. de Computador	1	
Total		130			130

GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO

SITUAÇÃO EXISTENTE			SITUAÇÃO PROPOSTA		
Nível	Denominação	Nº de cargos	Nível	Denominação	Nº de cargos
6	Agente de Serviço Externo	03	Motorista		
7	Agente de Serviço Externo	04	Motorista		
5	Motorista	16	Motorista		
10	Agente de Conservação	08	Agente de Conservação		
11	Agente de Conservação	06	Agente de Conservação		
11	Aux. de Limpeza e Conservação	02	Agente de Conservação		
10	Agente de Serviços Gerais	04	Agente de Serviços Gerais		
11	Agente de Serviços Gerais	05	Agente de Serviços Gerais		
10	Copeiro	03	Copeiro		
11	Copeiro	02	Copeiro		
Total		54			

## ANEXO II

### TABELA 1

#### NÍVEIS DE VENCIMENTO

Ordem	A	B	C	D	E	F
1	422,63	545,24	697,96	900,35	1.330,92	1.717,09
2	432,53	558,02	714,21	921,44	1.362,11	1.757,32
3	442,67	571,09	730,95	943,03	1.394,02	1.798,49
4	453,04	584,47	748,07	965,12	1.426,68	1.840,63
5	463,65	598,16	765,60	987,74	1.460,11	1.883,76
6	474,51	612,18	783,54	1.010,88	1.494,32	1.927,89
7	485,63	626,52	801,90	1.034,56	1.529,33	1.973,06
8	497,01	641,19	820,68	1.058,80	1.565,16	2.019,29
9	508,65	656,22	839,91	1.083,61	1.601,84	2.066,60
10	520,57	671,59	859,59	1.109,00	1.639,37	2.115,03
11	532,76	687,32	879,73	1.134,99	1.677,78	2.164,58

## ANEXO III

### DESLOCAMENTO NA CARREIRA

GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR		
CARREIRA	INICIAL	FINAL
Assessor Jurídico	E9	F11
Administrador	D9	E9
Bibliotecário	D9	E9
Contador	D9	E9
Programador de Computador	D9	E9

GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO		
CARREIRA	INICIAL	FINAL
Oficial Judiciário	A8	D8
Técnico Judiciário	A8	D8
Operador de Computador	C1	D8

GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO		
CARREIRA	INICIAL	FINAL
Motorista	A8	D5
Agente de Conservação	A1	C11
Agente de Serviços Gerais	A1	C11
Copeiro	A1	C11



ANEXO IV

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

CLASSIFICAÇÃO NA TABELA

GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO

Nível	SITUAÇÃO ATUAL		Classific. na Tabela
	Denominação	Nº de cargos	
6	Agente de Serviço Externo	03	C8
7	Agente de Serviço Externo	04	C4
5	Motorista	18	C4
10	Agente de Conservação	06	B4
11	Agente de Conservação	06	B1
11	Aux. de Limpeza e Conservação	02	A4
10	Agente de Serviços Gerais	04	A8
11	Agente de Serviços Gerais	06	A4
10	Copeiro	03	B4
11	Copeiro	02	B1

GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO

Nível	SITUAÇÃO ATUAL		Classific. na Tabela
	Denominação	Nº de cargos	
3	Oficial Judiciário	07	D6
4	Oficial Judiciário	09	D3
5	Oficial Judiciário	10	D1
6	Oficial Judiciário	09	C8
7	Auxiliar Judiciário	09	C4
8	Auxiliar Judiciário	09	C1
9	Auxiliar Judiciário	11	B8
10	Auxiliar Judiciário	12	B4
4	Agente Técnico Administrativo	09	C8
5	Agente Técnico Administrativo	03	C4
6	Agente Técnico Administrativo	01	C1
7	Agente Técnico Administrativo	01	B8
8	Agente Técnico Administrativo	02	B4
9	Agente Técnico Administrativo	01	B1
10	Agente Técnico Administrativo	01	A8
1	Técnico Especializado	01	D6
2	Técnico Especializado	13	D3
3	Técnico Especializado	05	D1
4	Técnico Especializado	11	C8
5	Técnico Especializado	02	C4
6	Técnico Especializado	01	C3
7	Técnico Especializado	01	C2
4	Operador de Computador	1	D3
5	Operador de Computador	1	D1

GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR

Nível	SITUAÇÃO ATUAL		Classific. na Tabela
	Denominação	Nº de cargos	
I	Assessor Jurídico	10	F9
II	Assessor Jurídico	05	F6
III	Assessor Jurídico	05	F3
1	Assistente Técnico Administrativo	02	E6
2	Assistente Técnico Administrativo	02	E3
2	Bibliotecário	01	E3
3	Bibliotecário	01	E1
1	Contador	01	E6
2	Contador	01	E3
1	Programador de computador	01	E3
2	Programador de computador	01	E1

## ANEXO V

### CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

SITUAÇÃO EXISTENTE		
Simbologia	Denominação	QTD
DAS-1	Secretário do Tribunal de Alçada	01
DAS-3	Diretor de Gabinete do Presidente	01
DAS-3	Diretor de Departamento	03
DAS-3	Diretor da Assessoria de Recursos	01
DAS-4	Assessor de Gabinete do Presidente	02
DAS-4	Assessor de Gabinete do Vice-Presidente	01
DAS-4	Assessor de Recursos	09
DAS-4	Assessor de Gabinete do Secretário	01
DAS-4	Assessor Judiciário	48
DAS-4	Assessor de Planejamento	01
1C	Auxiliar de Gabinete de Juiz	00
2C	Supervisor de Transporte e Manutenção	01
2C	Eletrotécnico	01
3C	Auxiliar de Gabinete do Presidente	01
3C	Auxiliar de Gabinete do Secretário	01
TOTAL		72

## ANEXO VI

### TABELA 2

#### CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

#### NÍVEIS DE VENCIMENTO

A - CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR	
SÍMBOLO DAS - 1	498,91
SÍMBOLO DAS - 2	440,34
SÍMBOLO DAS - 3	410,39
SÍMBOLO DAS - 4	350,91
SÍMBOLO DAS - 5	320,96

B - CARGOS EM COMISSÃO	
SÍMBOLO 1 - C	207,12
SÍMBOLO 2 - C	191,28
SÍMBOLO 3 - C	176,57

Este anteprojeto de lei, composto de 6 (seis) anexos, entre os quais 2 (duas) tabelas, tem a finalidade de reestruturar o quadro de servidores da Secretaria do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, compondo-o em grupos ocupacionais de nível superior, intermediário e básico.

Para prevenir distorções futuras, a linguagem utilizada mantém similaridade com anteprojeto proposto pelo E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, não gerando efeitos financeiros na folha de pagamento de pessoal.

O quadro de pessoal transitório, criado neste Tribunal através da Resolução nº 1/93 e resultante das disposições da Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1993, deixa de existir, por efeito da transposição que ora se materializa, constituindo-se na solução jurídica adotada pela Corte Maior, como se pode ver nos seguintes acórdãos: 637-1/MA, 960-5/DF, 806-4/DF, 951-6/SC, 248-1/RJ, 916-8/MT, 308-9/RJ, 97-7/RO, 850-1/RO, 970-2/RJ, 837-4/DF, 245/RJ, 980-0/DF e 391-7/CE.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 487/96

A proposição em tela, de autoria do Tribunal de Justiça, tem por objetivo dar nova estrutura ao quadro de servidores do Poder Judiciário vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, instituir o plano de carreiras e dar outras providências.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão nada encontrou que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.96.

(aa) JOEL COIMERA - Presidente  
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 487/96

P A R E C E R:

O plano de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, objetiva dar nova estrutura ao quadro de servidores da Secretaria do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, institui o plano de carreiras e adota outras providências.

Sobre a matéria, constatamos já existir o parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão não encontrou nada que impeça sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim, o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 1718, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1719 e 1720, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1723, de autoria do Senhor Deputado Walmar Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1724 e 1725, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1726, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1727, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1728, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, com apoio do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1731, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) - Gostaria de fazer uma solicitação à Mesa.

O Deputado Algaci Túlio - Líder do Governo, através de um acordo firmado conosco, garantiu a presença do Secretário dos Transportes e dos representantes do Porto de Paranaguá, para explicar o acidente ocorrido no Porto, mês passado.

Gostaria de solicitar à Mesa Executiva que, quando da vinda do Superintendente do Porto de Paranaguá, ou dos técnicos respectivos, que fosse acompanhado pelo Serviço de Taquigra-

fia da Assembléia Legislativa do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeito, o Serviço de Taquigrafia estará alerta para a presença das ilustres personalidades mencionadas por Vossa Excelência.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 508/96.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 481 e 487/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 261, 374, 560/96 e dos Projetos de Resolução nºs 028 e 031/96.

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 015/96..

Convoco os Senhores Deputados para a Sessão Solene, de outorga de título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Senhor André Zacharow, a realizar-se às 17:00 horas do dia 10.

Levanta-se a sessão.